KINROSS

KINROSS BRASIL MINERAÇÃO S.A.

CNPJ: 20.346.524/0001-46

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A T I V O	Nota	31/12/2019	31/12/2018
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	7	350.290	278.924
Contas a receber		15	329
Estoques	8	270.398	338.167
Tributos a recuperar	9	144.216	72.894
Ganhos não realizados com derivativos	19.5	2.163	2.083
Outros ativos circulantes	10	36.904	30.763
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		**803.986**	**723.160**
NÃO CIRCULANTE			
Ganhos não realizados com derivativos	19.5	6.819	3.240
Depósitos judiciais		26.737	24.015
Estoques	8	140.958	139.865
Tributos a recuperar	9	102.972	68.499
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	-
Outros ativos não circulantes	10	9.853	10.438
Créditos com controladas e coligadas	17	36.300	32.577
Imobilizado	11	6.120.778	6.031.866
Intangível	11	99.735	101.099
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		**6.544.152**	**6.411.599**
TOTAL DO ATIVO		**7.348.138**	**7.134.759**

P A S S I V O	Nota	31/12/2019	31/12/2018
CIRCULANTE			
Fornecedores e contas a pagar		207.711	168.312
Tributos a recolher		275.945	45.259
Salários e encargos sociais		62.873	54.604
Provisão para fechamento de mina	13	8.874	36.440
Perdas não realizadas com derivativos	19.5	9.358	47.601
Obrigações com empresas ligadas	17	85.237	249.980
Outras circulantes		159	128
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		**650.157**	**602.324**
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos - partes relacionadas	17	-	716.838
Provisão para fechamento de mina	13	307.765	258.711
Perdas não realizadas com derivativos	19.5	-	13.939
Provisões para contingências	12	200.448	222.122
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	676.949	726.128
Outros não circulantes		16.452	3.056
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		**1.201.614**	**1.940.794**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	15		
Capital social		1.869.646	1.869.646
Reservas de capital		27.555	23.538
Reserva legal		23.784	1.335
Reserva de lucros		325.571	7.569
Reserva especial		7.604	-
Lucros (prejuízos) acumulados		-	(213.792)
Ajuste acumulado de conversão		3.242.923	2.938.870
Ajuste de avaliação patrimonial		(716)	(35.525)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**5.496.367**	**4.591.641**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**7.348.138**	**7.134.759**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração de Resultado em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	NOTA	31/12/2019	31/12/2018
Receita operacional líquida			
Receita de vendas	18	3.285.716	2.347.678
		3.285.716	**2.347.678**
Custo dos produtos vendidos			
Custo dos produtos vendidos		(2.339.884)	(2.136.187)
		(2.339.884)	**(2.136.187)**
Lucro Bruto		**945.832**	**211.491**
Receitas (Despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas		(16.136)	(33.361)
Gastos com desenvolvimento de projetos e exploração		(223)	(298)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		70.649	(9.560)
Resultado operacional antes das receitas (despesas) financeiras, líquidas		**1.000.122**	**168.272**
Receitas (despesas) financeiras			
Despesas financeiras, líquidas		(45.215)	(41.891)
Variações cambiais, líquidas		7.267	8.835
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		**962.174**	**135.216**
Imposto de renda e contribuição social	14	(299.407)	(349.008)
Lucro/Prejuízo líquido do exercício		**662.767**	**(213.792)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31/12/2019	31/12/2018
LUCRO LÍQUIDO(PREJUIZO) DO EXERCÍCIO	**662.767**	**(213.792)**
Outros resultados abrangentes		
Ganhos (Perdas) na conversão de moedas	304.053	802.245
Ganhos (Perdas) sobre hedge de fluxo de caixa	52.741	(59.021)
Impostos diferidos sobre hedge de fluxo de caixa	(17.932)	20.067
Total do resultado abrangente do exercício	**1.001.629**	**549.499**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	2019	2018
Lucro líquido do exercício		662.767	(213.793)
Ajustes para conciliar o resultado aos fluxos de caixa gerados pelas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização		407.566	595.651
(Ganho) perda na venda de ativos		472	742
Opções de ações		4.017	2.572
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14.2	(67.107)	253.522
Variações monetárias e cambiais, juros e outros		111.822	259.468
		1.119.537	**898.162**
(Aumentos) reduções de ativos operacionais:			
Contas a receber e outros ativos		14.320	13.613
Estoques		26.751	(14.604)
Tributos a recuperar		(215.428)	(65.382)
Aumentos (reduções) de passivos operacionais:			
Fornecedores		39.399	8.758
Tributos a recolher		310.980	(20.514)
Pagamento de obrigações para fechamento de mina	13	(26.918)	(22.301)
Outras contas a pagar		8.301	(25.746)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		**1.276.942**	**771.986**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos:			
Aquisição de ativos imobilizados e intangíveis		(463.870)	(552.183)
Aquisição de negócios		-	(944.979)
Caixa líquido (consumido) pelas atividades de investimento		**(463.870)**	**(1.497.162)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:			
Empréstimos obtidos (pagos) - partes relacionadas		(1.027.923)	674.161
Pagamento de dividendos		(17.638)	-
Caixa líquido (consumido) gerado pelas atividades de financiamento		**(1.045.561)**	**674.161**
Efeitos de conversão		303.855	128.104
Fluxo de caixa gerado no exercício		**71.366**	**77.089**
Saldos iniciais de caixa e equivalentes de caixa		278.924	201.835
Saldos finais de caixa e equivalentes de caixa		350.290	278.924
Aumento no caixa e equivalentes de caixa		**71.366**	**77.089**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	NOTA	Capital Social	Reservas de capital	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Reserva Especial	Ajuste acumulado de conversão	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
Em 31 de Dezembro de 2017		**1.869.646**	**20.966**	**1.335**	**7.569**	**-**	**2.136.625**	**3.429**	**-**	**4.039.570**
Prejuízo líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	(213.792)	(213.792)
Opções de ações outorgadas no exercício	15.2	-	2.572	-	-	-	-	-	-	2.572
Ajuste acumulado de conversão	15.3	-	-	-	-	-	802.245	-	-	802.245
Instrumentos financeiros a valor justo	15.4	-	-	-	-	-	-	(38.954)	-	(38.954)
Constituição de reservas		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Em 31 de Dezembro de 2018		**1.869.646**	**23.538**	**1.335**	**7.569**	**-**	**2.938.870**	**(35.525)**	**(213.792)**	**4.591.641**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	662.767	662.767
Opções de ações outorgadas no exercício	15.2	-	4.017	-	-	-	-	-	-	4.017
Ajuste acumulado de conversão	15.3	-	-	-	-	-	304.053	-	-	304.053
Instrumentos financeiros a valor justo	15.4	-	-	-	-	-	-	34.809	-	34.809
Juros sobre o capital próprio		-	-	-	-		-	-	(100.920)	(100.920)
Constituição de reservas		-	-	22.449	318.002	7.604	-	-	(348.055)	-
Em 31 de Dezembro de 2019		**1.869.646**	**27.555**	**23.784**	**325.571**	**7.604**	**3.242.923**	**(716)**	**-**	**5.496.367**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional: A Kinross Brasil Mineração S.A. (a "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado com sua matriz localizada em Paracatu e com escritório administrativo em Belo Horizonte, ambos em Minas Gerais. As instalações da Companhia compreendem uma mina a céu aberto - denominada Morro do Ouro, duas usinas de beneficiamento, duas áreas para armazenamento de rejeitos localizados em Paracatu, Minas Gerais; além de duas usinas hidrelétricas, sendo uma no município de Caçu e outra no município de Cachoeira Alta, ambas no estado de Goiás. A Companhia tem por objeto: a) realizar o aproveitamento de jazidas minerais através da pesquisa, exploração, extração, beneficiamento, industrialização, transporte, embarque e comércio de bens minerais; b) produzir, beneficiar, transportar, industrializar e comercializar toda e qualquer fonte e forma de energia, podendo, ainda, atuar na produção, geração, transmissão, distribuição e comercialização de seus produtos, derivados e subprodutos; c) promover e executar, atendidas as formalidades legais, todas e quaisquer atividades relacionadas ou necessárias, direta ou indiretamente, à consecução do seu objeto, inclusive importação ou exportação de quaisquer produtos ou mercadorias, e execução de quaisquer outras atividades que possam ser consideradas como secundárias ou correlatas com o seu objeto; d) prestar serviços de consultoria, dentro de sua área de atuação, a empresas no Brasil e no Exterior; e) constituir ou participar, diretamente ou indiretamente, sob qualquer modalidade, de outras sociedades, consórcios ou entidades, majoritária ou minoritariamente, cujos objetos sociais sejam vinculados ou acessórios ao seu objeto social. A Companhia é subsidiária integral do grupo Kinross Gold Corporation, sediado em Toronto, Canadá, e com ações listadas nas bolsas de Toronto (TSX) e Nova York (NYSE). A produção de ouro da Companhia é comercializada, substancialmente, no mercado externo, inclusive a prata extraída como subproduto do ouro. Os recursos geológicos prováveis e provados são de cerca de 8,0 milhões de onças de ouro. A produção de ouro nos exercícios de 2019 e 2018 foram 619.901 onças e 520.134 onças, respectivamente. **1.1. Principais eventos ocorridos em 2019:** (i) Créditos extemporâneos: A Companhia realizou um trabalho de recuperação de créditos extemporâneos do PIS e da COFINS, calculados sobre o período de outubro/2014 a dezembro/2019, tendo como parâmetro os novos conceitos para a tomada de créditos trazidos pela Decisão Judicial REsp 1.221.170-PR, proferida pelo Superior Tribunal de Justiça, bem como as normas expedidas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil após a mudança da Jurisprudência – Parecer Normativo COSIT nº 05/2018 e Instrução Normativa nº 1.911/2019. O montante calculado foi de R$ 102,6 milhões, registrados em dezembro/2019, para uso subsequente na compensação de outros débitos federais correntes. (ii) Possíveis efeitos tributários sobre o roubo do ouro: A Companhia realizou a venda de um lote de 549,4 Kg de ouro refinado à sua matriz, Kinross Gold Corporation, em 25/07/2019, cuja transferência de titularidade ocorreu no ato da retirada do material do local designado, conforme previsto no Incoterm Ex-Works. O referido lote foi roubado por um grupo armado no Aeroporto Internacional de Guarulhos, evento registrado no Boletim de Ocorrência n.º146/2019, lavrado pelo DEIC-5ª Delegacia da DISCCPAT. Como consequência do ocorrido, o material não foi fisicamente exportado, entretanto a operação foi concluída sob a ótica da Companhia, tendo recebido integralmente o valor negociado com sua matriz (R$ 91, 3 milhões) e essa, por sua vez, recebeu a indenização do seguro da transportadora contratada (Brink's Segurança e Transporte de Valores Ltda.). Em função do não recebimento do material físico pelo destinatário no exterior, a Receita Federal do Brasil não averbou o registro de exportação, documento necessário à comprovação da exportação perante o próprio órgão, bem como ao Departamento de Comércio Exterior (DECEX) e a Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais (SEFAZ-MG). Ciente de possíveis exigências tributárias pelos órgãos competentes, a Companhia submeteu consulta formal junto ao DECEX e à SEFAZ, com o intuito de apresentar seus argumentos de que a operação foi concluída, ainda que sem a saída física do material do país, visto que esse já não era de sua propriedade. O DECEX respondeu como sendo possível cumprir o compromisso assumido em Ato Concessório de Drawback com a exportação de outros lotes de material. A SEFAZ-MG, até 31/12/2019, não havia se manifestado. A potencial contingência para esse caso é de aproximadamente R$ 38 milhões e os advogados da Companhia indicam o prognóstico de perda possível para um eventual contencioso tributário. (iii) Incêndio Galpão: Em junho 2019, houve um foco de incêndio em um dos galpões do almoxarifado da Companhia. Não houve vítimas, somente danos materiais, sendo que o almoxarifado e os itens em estoque possuem cobertura de seguro.

2. Apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir ativos financeiros disponíveis para venda e ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados a valor justo contra o resultado do exercício.

3. Resumo das principais práticas contábeis: 3.1. Principais práticas contábeis: (i) Moeda funcional e moeda de apresentação: Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, e a moeda funcional da Companhia é o Dólar Americano. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. Transações realizadas em moeda diferente da moeda funcional são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda diferente da moeda funcional são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda diferente da moeda funcional são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado. As demonstrações financeiras foram convertidas para Real, como moeda de apresentação, através dos seguintes procedimentos: • Os ativos e passivos para cada item do balanço patrimonial apresentados foram convertidos utilizando a taxa de fechamento na data dos respectivos balanços (R$ 4,0307 e R$3,8748 em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente). • O patrimônio líquido inicial de cada balanço corresponde ao patrimônio líquido final do exercício anterior conforme convertido à época; as mutações do patrimônio durante o período corrente foram convertidas pela taxa de suas respectivas datas; • As receitas, custos e despesas foram convertidas utilizando as taxas cambiais em vigor nas datas das transações ou pela taxa média mensal do dólar; • As variações cambiais resultantes dos itens descritos acima foram reconhecidas em conta específica no patrimônio líquido, denominada Ajuste Acumulado de Conversão. (ii) Apuração do resultado: O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e inclui custos, despesas e receitas, bem como os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais a índices ou taxas oficiais incidentes sobre os ativos e os passivos. Do resultado, são deduzidas/acrescidas as parcelas atribuíveis de imposto de renda. (iii) Estimativas contábeis: A elaboração de demonstrações financeiras requer que a Administração da Companhia use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado, provisão para redução ao valor recuperável, provisão para devedores duvidosos, provisão para desvalorização de estoques, imposto de renda diferido ativos e passivos, provisão para contingências, mensuração de instrumentos financeiros, e ativos e passivos relacionados a benefícios a empregados. Os resultados reais podem divergir destas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas de forma prospectiva. (iv) Caixa e Equivalentes de Caixa: Caixa e Equivalentes de Caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos", no passivo circulante. (v) Estoques: Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são avaliados com base no custo médio de aquisição e produção, acrescido de gastos relativos a transporte e armazenagem. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda. (vi) Combinação de negócios: Uma combinação de negócios é uma transação ou outro evento no qual o controle sobre uma ou mais empresas é obtido. Um negócio é um conjunto integrado de atividades e ativos que é capaz de ser conduzido e gerenciado com o objetivo de fornecer um retorno na forma de dividendos, custos mais baixos ou outros benefícios econômicos. Um negócio consiste de insumos e processos aplicados a esses insumos que têm a capacidade de criar saídas que proporcionem um retorno à Companhia e aos seus acionistas. Um negócio não precisa incluir todos os insumos e processos que foram utilizados pela empresa para produzir saída, se o negócio puder ser integrado com os insumos e processo da empresa para continuar produzindo produtos. Se o conjunto integrado de atividades e ativos estiver no estágio de exploração e desenvolvimento e, portanto, não tiver resultados, a Companhia considera outros fatores para determinar se o conjunto de atividades e ativos é um negócio. Esses fatores incluem, mas não se limitam a, se o conjunto de atividades e ativos: • Iniciou as principais atividades planejadas; • Possui funcionários, propriedade intelectual e outros insumos e processos que podem ser aplicados a esses insumos; • Está buscando um plano para produzir produtos; e • Será capaz de obter acesso aos clientes que comprarão as saídas. Nem todos os fatores acima precisam estar presentes para um determinado conjunto integrado de atividades e ativos no estágio de desenvolvimento para se qualificar como negócio. As aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição pelo qual os ativos e passivos adquiridos são registrados pelo valor justo na data de aquisição, sendo o excedente do valor de compra sobre o valor justo registrado como ágio e alocado ás unidades geradoras de caixa ("UGCs"). Se o valor justo dos ativos líquidos adquiridos exceder a contraprestação de compra, a diferença é reconhecida, imediatamente, como ganho na demonstração consolidadas do resultado. Os custos relacionados à aquisição são contabilizados no período em que são incorridos, exceto pelo custo de instrumentos de dívida ou patrimônio emitidos em relação à aquisição, o qual é incluído no valor contábil do instrumento relacionado. Certos valores justos podem ser estimados na data de aquisição, aguardando confirmação ou conclusão do processo de avaliação. Quando valores provisórios são usados na contabilização de uma combinação de negócios, eles são ajustados retrospectivamente em períodos subsequentes. No entanto, o período de mensuração não excederá um ano a partir da data de aquisição. Se os ativos adquiridos não são um negócio, a transação é contabilizada como uma aquisição de ativos. (vii) Ativo imobilizado e intangível: Terrenos, edificações, imobilizações em andamento, móveis e utensílios e equipamentos, demais imobilizados e intangíveis estão demonstrados ao valor de custo de aquisição, formação ou construção deduzidos de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. A depreciação dos ativos é calculada pelo método de unidades produzidas para os ativos relacionados à barragem de rejeitos, tanques específicos, determinadas máquinas diretamente relacionadas ao processo produtivo e projetos; para os demais ativos, é calculada pelo método linear, levando em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado. (viii) Arrendamentos: Os ativos e passivos de arrendamento de direito de uso são reconhecidos na data de início de um arrendamento. Os passivos de arrendamento são mensurados inicialmente pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados nessa data. Os pagamentos do arrendamento devem ser descontados, utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento, se essa taxa puder ser determinada imediatamente. Se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, o arrendatário deve utilizar a taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário. Os ativos de direito de uso são mensurados inicialmente pelo custo, que consiste no valor inicial do passivo do arrendamento ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados antes ou na data de início do arrendamento, mais os custos diretos iniciais incorridos e uma estimativa dos custos para desmontar ou restaurar o ativo arrendado, menos quaisquer incentivos recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados pelo método linear durante o menor tempo de vida útil do ativo ou o prazo do arrendamento. Caso seja esperada que a opção de compra seja exercida, o ativo é amortizado ao longo da sua vida útil. Os passivos de arrendamento são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos e são mensurados novamente se e quando houver uma alteração nos pagamentos futuros do arrendamento decorrentes de uma alteração em um índice ou taxa, ou se e quando houver uma alteração na avaliação se uma opção de compra, extensão ou rescisão provavelmente será exercida. Os pagamentos de arrendamentos de curto prazo (com prazo de 12 meses ou menos), considerando arrendamentos de ativos de baixo valor, que possuem um valor subjacente, quando novos, de US $ 5.000 ou menos, bem como arrendamentos com pagamentos variáveis são reconhecidos como despesa durante o prazo de tais arrendamentos, sendo divulgados em nossas demonstrações financeiras. (ix) Instrumentos financeiros: Instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas. Os instrumentos financeiros não derivativos detidos pela Companhia são classificados como mantidos até o vencimento, e são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescidos dos custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente, ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não derivativos são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável. (x) Hedges de fluxo de caixa: A Companhia detém instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos a moedas diferentes da sua moeda funcional. As alterações no valor justo do instrumento derivativo de proteção designado como hedge de fluxo de caixa são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, a medida em que o hedge é considerado efetivo. Se o hedge for considerado inefetivo, as alterações no valor justo são reconhecidas no resultado. Se o instrumento de hedge deixar de cumprir os critérios para a contabilidade de operação de hedge ("hedge accounting") em que expira ou é vendido, terminado ou exercido, a contabilidade de operação de hedge é descontinuada, prospectivamente. O ganho ou perda acumulado, anteriormente, reconhecido no patrimônio líquido permanece lá até que as transações previstas ("forecast transactions") ocorram. Quando o item protegido for um ativo não financeiro, o valor reconhecido no patrimônio líquido é transferido para o valor do respectivo ativo quando esse é reconhecido. Em outros casos, o valor reconhecido no patrimônio líquido é transferido para o resultado no mesmo período em que o item protegido afeta o resultado. (xi) Pagamento baseado em ações: Os efeitos dos programas de remuneração baseada em ações são calculados com base no valor justo e reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração de resultados conforme as condições contratuais sejam atendidas. O montante é reavaliado, no mínimo, uma vez no ano, a cada data de final de exercício. Quaisquer mudanças no valor justo do passivo são reconhecidas como despesa de pessoal no resultado. (xii) Provisão para fechamento de mina: Os gastos futuros relacionados ao atendimento de regulamentos ambientais para fechamento de mina são capitalizados no ativo imobilizado, tendo como contrapartida a provisão para fechamento de mina; também conhecidos como ARO (Asset Retirement Obligation). Os valores presentes das obrigações para fechamento de mina são reavaliados anualmente, ou quando novas informações relevantes tornam-se disponíveis. Os ajustes decorrentes das reavaliações anuais são registrados no ativo e no passivo correspondentes. O valor presente das obrigações para fechamento de mina é determinado utilizando uma taxa de juros livre de risco. (xiii) Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$240k para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. O imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do período, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente. Os impostos ativos diferidos decorrentes de prejuízo fiscal, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias foram analisados em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 32 – Tributos sobre o Lucro ("IAS 12 Income Taxes"), considerando o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros. Os impostos diferidos sobre diferenças temporárias são reconhecidos baseado nas diferenças entre o valor contábil e a base fiscal de ativos e passivos. (xiv) Gastos com estudos e pesquisas minerais: Gastos com pesquisas minerais são considerados como despesas operacionais até a comprovação efetiva da viabilidade econômica e exploração comercial de uma determinada jazida. A partir de então, os gastos incorridos são capitalizados como custos de desenvolvimento de mina. (xv) Passivo circulante e não circulante: Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. **4. Adoção aos pronunciamentos e normas contáveis (CPC e IASB):** Em 1 de janeiro de 2019, o CPC 06 (R2) "Arrendamentos" (IFRS 16 – Leases) foi aplicado usando a abordagem retrospectiva modificada, na qual o efeito cumulativo na data da adoção inicial foi reconhecido no balanço patrimonial em 1 de janeiro de 2019 sem reapresentar as demonstrações financeiras de forma retrospectiva. O CPC 06 (R2) substitui o CPC 06 "Operações de Arrendamento Mercantil" e exige que o arrendatário reconheça ativos e passivos para a maioria dos arrendamentos em seu balanço patrimonial, bem como as despesas de depreciação e juros correspondentes. No início de um contrato, a Companhia determinará se este é ou contém um arrendamento. O contrato é, ou contém, um arrendamento se ele transmite o direito de controlar o uso do ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. A Companhia optou por aplicar o expediente prático de contabilizar cada componente do arrendamento e quaisquer componentes que não sejam do arrendamento como um único componente do arrendamento. Um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento são reconhecidos na data de início do arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados nessa data. Os pagamentos do arrendamento devem ser descontados, utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento, se essa taxa puder ser determinada imediatamente. Se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, o arrendatário deve utilizar a taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo, que consiste no valor inicial do passivo de arrendamento ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados antes da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos e uma estimativa dos custos para desmobilizar ou restaurar o ativo arrendado, menos quaisquer incentivos recebidos. Na data da adoção inicial (1 de janeiro de 2019), a Companhia optou por registrar o saldo remanescente dos contratos que contêm arrendamentos como ativos de direito de uso com base em seus passivos de arrendamento. Para os novos contratos de arrendamento cujo prazo seja superior a 12 meses, os primeiros 12 meses são contabilizados como arrendamentos de curto prazo, e o prazo remanescente é contabilizado no longo prazo. Os novos ativos e passivos de arrendamento decorrentes do CPC 06 (R2) foram reconhecidos no balanço patrimonial a partir de 1º de janeiro de 2019 tais como: edifícios, veículos, máquinas e equipamentos e outros. Como resultado, a depreciação associada e a despesa de juros aumentaram a partir da data inicial de aplicação do CPC 06 (R2). Os fluxos de caixa das atividades operacionais também aumentaram sob a ótica do CPC 06 (R2), pois os pagamentos de arrendamento para a maioria dos arrendamentos são registrados como fluxos de caixa usados nas atividades de financiamento nas demonstrações dos fluxos de caixa. A tabela a seguir resume o impacto da transição para o CPC 06 (R2):

	Em 31 de dezembro de 2018	Ajuste do CPC 06 (R2)	**Em 1º de Janeiro de 2019**
Ativo Imobilizado	6.031.866	16.950	**6.048.816**
Parcela circulante dos passivos de arrendamento mercantil [a]	-	6.313	**6.313**
Passivos de arrendamento de longo prazo [b]	-	10.638	**10.638**

a) A parcela de curto prazo do passivo de arrendamento é incluída em outros passivos circulantes no balanço patrimonial.

Este documento foi assinado digitalmente e eletronicamente por EDIMINAS S/A EDITORA GRÁFICA INDUSTRIAL MG, titular do JORNAL HOJE EM DIA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br/VerificadorAssinaturas/Verificador e utilize o código B763-B399-C6B6-F419.

KINROSS

KINROSS BRASIL MINERAÇÃO S.A.

CNPJ: 20.346.524/0001-46

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) A parcela de longo prazo do passivo de arrendamento é incluída em outros passivos não circulante. Os pagamentos de arrendamentos de curto prazo, com prazo de 12 meses ou menos, considerados como arrendamentos de ativos de baixo valor, que possuem um valor subjacente, quando novos, de US $ 5.000 ou menos, bem como arrendamentos com pagamentos variáveis são reconhecidos como despesa durante o prazo de tais arrendamentos. A tabela abaixo resume esses pagamentos de arrendamentos que foram debitados no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019:

Arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos	**10.798**
Arrendamentos de ativos com valor subjacente, quando novos, de US$ 5.000 ou menos	**360**
Arrendamentos com pagamentos variáveis	**6.820**
Total	**17.978**

A tabela a seguir resume o valor presente total dos vencimentos do passivo de arrendamento contabilizado em 31 de dezembro de 2019:

		2020	2021-2024	2025+
	Total	**Dentro de 1 ano**	**De 1 a 5 anos**	**Mais que 5 anos**
Passivos de Arrendamento	4.265	1.083	1.600	1.582

5. Gestão de riscos: A Companhia entende que o gerenciamento de risco é fundamental para apoiar seu plano de crescimento, planejamento estratégico e flexibilidade financeira. Desta forma, desenvolveu sua estratégia de gestão de riscos com o objetivo de proporcionar uma visão integrada dos riscos aos quais está exposta. Para tanto, avalia não apenas o impacto das variáveis negociadas no mercado financeiro sobre os resultados do negócio (risco de mercado), mas também o risco proveniente de obrigações assumidas por terceiros para com a Companhia (risco de crédito), aqueles inerentes a processos internos inadequados ou deficientes, pessoas, sistemas ou eventos externos (risco operacional), e aqueles oriundos do risco de liquidez, dentre outros.

6. Combinação de Negócios: Em 14 de fevereiro de 2018, a Companhia assinou um contrato para adquirir duas usinas hidrelétricas no Estado de Goiás, Brasil, de uma subsidiária da Gerdau SA ("Gerdau") por R$ 835 milhões. O valor da contraprestação paga nos termos do contrato de compra e venda celebrado entre as partes foi de R$ 835 milhões. Para fins de atendimento do CPC 15 (R1) Combinação de Negócios (IFRS 3 – Business Combination), a perda realizada em operações de hedge cambial no montante de R$ 110 milhões foi computada para fins de determinação da contraprestação total da transação. Desta forma, o valor da contraprestação total foi de R$ 945 milhões. Em 31 de julho de 2018, a Companhia concluiu a transação, financiada com mútuos obtidos com outras empresas do grupo R$ 695 milhões (US$ 185 milhões) e capital próprio R$250 milhões (US$67 milhões). Os custos de transação associados à aquisição, totalizando R$ 13,3 milhões, foram registrados como despesas e incluídos em outras despesas operacionais. A aquisição das referidas usinas hidrelétricas foi para garantir um fornecimento de energia em longo prazo e custos de produção mais baixos durante a vida útil da mina em Paracatu. O preço de compra foi alocado com base na conclusão do laudo de apuração do valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos na determinação do custo de aquisição emitido por especialistas. O CPC 46 – Mensuração do valor Justo (IFRS 13 – Fair Value Measurement) define valor justo de um ativo adquirido, incluindo ativos intangíveis, para emissão de relatórios para fins contábeis e fiscais como o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pagamento para a transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes de mercado numa determinada data de mensuração. Dessa forma, o Valor Justo não inclui sinergias específicas que o comprador espera obter na transação, porém ele pode incluir sinergias que um participante de mercado típico esperaria obter. O Valor Justo dos ativos intangíveis foi realizado por meio da abordagem de renda, sob a premissa de que um comprador participante de mercado empregaria o melhor conceito e, portanto, iria precificar o negócio adequadamente. A Abordagem de Renda é uma técnica de avaliação que fornece uma estimativa de Valor Justo de um negócio ou ativo baseado na expectativa de geração de fluxos de caixa no decorrer de sua vida útil. Para a determinação do Valor Justo do ativo intangível "direito de exploração de água", foi utilizada a abordagem da renda, considerando os fluxos de caixa dos ativos no contexto operacional de produção de energia independente. Para a avaliação do "Contrato Gerdau" foi utilizado o método dos lucros excedentes por vários períodos – MPEEM (Multi-Period Excess Earnings Method). Para os ativos tangíveis as metodologias aplicadas foram: (i) Método comparativo direto: O método comparativo direto de dados de mercado mensura o valor de um bem isolado através de comparativo de mercado com bens similares usados. (ii) Método do custo de reprodução: O método do custo mensura o valor de um bem através de cotação de preços de bens novos junto a fabricantes desses ou similares, com a aplicação da depreciação. Para esse método, além dos valores cotados junto aos fabricantes, também foram utilizados valores retirados do Banco de Preços de Referência ANEEL constante na Resolução Homologatória nº758/2009. (iii) Método de reposição de custo da EPE: O método de reposição de custo da EPE mensura o valor do bem a partir do cálculo do valor de um ativo se fosse construído a preços atuais, tendo por base os quantitativos de materiais, equipamentos eletromecânicos, e serviços, que fazem parte dos Projetos Básicos protocolados na ANEEL em atendimento ao § 1º do o art. 10 do Decreto nº 7.805/2012. (iv) Método do custo histórico ou expedito: O método do custo histórico ou expedito, mensura o valor do bem a partir da atualização monetária do seu custo de aquisição, apurado em registros contábeis, e aplicando-se índices econômicos específicos, geralmente utilizados por órgãos competentes oficiais. A tabela, a seguir, demonstra um resumo da alocação do valor pago na aquisição dos ativos dos complexos energéticos de Caçu e Barra dos Coqueiros localizados no estado de Goiás, com os respectivos valores justes dos ativos.

Considerando 100% dos ativos	**Valor Justo**
Máquinas e equipamentos	270.337
Edificações, obras civis e benfeitorias	103.409
Reservatórios, barragens e adutoras	469.824
Outros Ativos	9.300
Ativos Físicos	**852.870**
Contrato Gerdau	2.484
Direito de Exploração de Água	91.365
Total do Ativo	**946.719**
Lei da Fauna	(1.500)
Mortandade de Peixe	(240)
Total do Passivo	**(1.740)**
Total de Ativos e Passivos	**944.979**

O prejuízo líquido pró-forma da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 teria sido de R$ 167 milhões se a aquisição das usinas tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2018. Determinados ajustes foram refletidos na perda líquida pró-forma para ilustrar onde o impacto contábil poderia ser razoavelmente estimado. Os ajustes são os seguintes: a) ajustar o custo de produção das vendas com base no uso que a Companhia faz dos ativos das usinas adquiridas como fonte de energia; b) aumentar a despesa de depreciação para refletir a depreciação dos ativos das usinas adquiridas; e c) registrar o efeito tributário dos ajustes listados acima. O prejuízo líquido pró-forma não pretende ser indicativo do resultado que teria realmente ocorrido, ou o resultado esperado em períodos futuros, se os eventos refletidos ocorressem nas datas indicadas. Quaisquer custos de integração que foram ou podem continuar ocorrendo foram excluídos da perda líquida consolidada pró-forma, considerando os custos de transação.

7. Caixa e equivalentes de caixa

	2019	2018
Caixa e bancos		
no país	669	592
no exterior	7.054	9.687
	7.723	10.279
Aplicações financeiras (i)	342.567	268.645
	350.290	**278.924**

(i) Moeda local composta por: Certificado de Depósito Bancário com remuneração média de 93% do CDI, liquidez imediata. Moeda estrangeira: *Overnight* com remuneração média de 1,05% a.a. e liquidez imediata.

8. Estoques

	2019	2018
Circulante		
Produtos acabados	-	1.040
Produtos em elaboração	60.301	110.061
Materiais de consumo e almoxarifado	269.225	283.190
Pilhas de minério	14.545	7.367
Importação em Andamento	110	146
Adiantamento a Fornecedores	5.373	8.935
Provisão para Obsolescência	(79.252)	(73.239)
Outros Estoque	96	667
	270.398	**338.167**
Não Circulante		
Pilhas de minério (i)	140.958	139.865
	140.958	**139.865**
Total	**411.356**	**478.032**

(i) Pilhas de minério LP incluem material de baixo teor que será utilizado em exercícios futuros subsequentes a doze meses.

9. Tributos a recuperar

	2019	2018
Circulante		
Imposto de renda e contribuição social	8.540	22.917
PIS e COFINS CP (i)	113.814	46.043
IOF Sobre Derivativo	17.927	-
Outros Tributos	3.935	3.934
	144.216	**72.894**
Não Circulante		
ICMS	82.751	69.054
Provisão para ajuste ao valor de realização - ICMS	(16.864)	(13.810)
PIS e COFINS LP (i)	37.080	13.250
Outros Tributos LP	5	5
	102.972	**68.499**
Total	**247.188**	**141.393**

(i) Vide comentários na Nota Explicativa 1.1 (i).

10. Outros Ativos

	Outros Ativos	
	2019	**2018**
Circulante		
Despesas pagas antecipadamente	6.931	4.813
Adiantamentos a empregados	142	114
Crédito de ICMS vendidos a receber CP	56.288	40.414
Outros créditos a receber	(26.457)	(14.578)
	36.904	**30.763**
Não Circulante		
Crédito de ICMS vendidos a receber LP	9.224	16.185
Outros créditos a receber LP	629	(5.747)
	9.853	**10.438**
	46.757	**41.201**

11. Imobilizado e Intangível

Custo	Tangível	Intangível	Total de Bens Tangíveis e Intangíveis
Saldos Líquido em 31 de dezembro de 2017	7.823.902	86.172	7.910.074
Adições	1.354.684	93.850	1.448.534
Transferências	56.887	2.509	59.396
Alienações / Baixas	(41.588)	(128)	(41.716)
Outros (Reclassificações Entre Contas)	-	-	-
Efeito das variações das taxas de câmbio	1.295.179	18.623	1.313.802
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**10.489.064**	**201.026**	**10.690.090**
Depreciação acumulada			
Saldos Líquido em 31 de dezembro de 2017	(3.255.066)	(81.922)	(3.336.988)
Depreciação/Amortização no período	(338.683)	(1.501)	(340.184)
Transferências	-	-	-
Alienações / Baixas	40.604	73	40.677
Outros (Reclassificações Entre Contas)	(250.448)	(1.039)	(251.487)
Efeito das variações das taxas de câmbio	(653.605)	(15.538)	(669.143)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**(4.457.198)**	**(99.927)**	**(4.557.125)**
Custo			
Saldos Líquido em 31 de dezembro de 2018	10.489.064	201.026	10.690.090
Adições	512.131	-	512.131
Transferências	(3.935)	3.935	-
Alienações / Baixas	(13.197)	-	(13.197)
Outros (Reclassificações Entre Contas)	(24.178)	(296)	(24.474)
Efeito das variações das taxas de câmbio	418.712	8.393	427.105
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**11.378.597**	**213.058**	**11.591.655**
Depreciação acumulada			
Saldos Líquido em 31 de dezembro de 2018	(4.457.198)	(99.927)	(4.557.125)
Depreciação/Amortização no período	(412.035)	(8.448)	(420.483)
Transferências	-	-	-
Alienações / Baixas	8.049	-	8.049
Outros (Reclassificações Entre Contas)	17.611	161	17.772
Efeito das variações das taxas de câmbio	(414.246)	(5.109)	(419.355)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**(5.257.819)**	**(113.323)**	**(5.371.142)**
Saldo			
Em 31 de dezembro de 2018	6.031.866	101.099	6.132.965
Em 31 de dezembro de 2019	6.120.778	99.735	6.220.513

(*) Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 3.1 - v.ii, os ativos relativos a barragens de rejeitos, tanques específicos, determinadas máquinas e para fechamento de mina são calculados pelo método de unidades produzidas de acordo com a reserva estimada da mina.

As aquisições de bens e direitos são registradas em imobilizado em andamento até a entrada em operação, quando são transferidos para as contas adequadas de imobilizado, de acordo com sua natureza. Exceto pela aquisição de 2 Hidrelétricas que foram Aquisição de Negócio. A Companhia avaliou em 31 de dezembro de 2019 e 2018 se havia algum indicativo de que seus ativos imobilizado e intangível estejam avaliados por valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda. A Companhia concluiu que não há indicativos de não realização de seus ativos e, portanto, nenhum ajuste é requerido. As adições incluem R$17 milhões decorrentes da adoção inicial CPC 06 (R2) pela Companhia em 1 de janeiro de 2019 para o reconhecimento de ativos de direito de uso (vide nota 4), bem como R$3,5 milhões em direitos de uso de ativos para contratos de arrendamento celebrados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Depreciação, exaustão e amortização incluem depreciação para ativos arrendados de direito de uso de R$4 milhões durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019. O valor contábil líquido das baixas do imobilizado e equipamentos incluem ativos arrendados de direito de uso com um valor contábil líquido agregado de R$13 milhões em 31 de dezembro de 2019.

12. Provisões para contingências

	2019	2018
Contingências cíveis	6.209	7.252
Contingências trabalhistas	12.835	11.196
Contingências tributárias	181.404	203.674
	200.448	**222.122**

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. **12.1 Provisões constituídas:** A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais em curso, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as obrigações legais e as perdas prováveis estimadas. As principais contingências, que se encontram em curso e foram provisionadas para fazer face ao valor estimado de perda são como seguem: **(i) Trabalhistas**: Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia reconheceu provisão relativa a passivos trabalhistas no montante de R$ 12.835 (2018 - R$ 11.196), sendo certo que o valor está pulverizado em várias ações com objetos distintos. **(ii) Tributárias:** A Companhia foi autuada pela Receita Federal do Brasil no montante atualizado de R$ 445.750 em 2019 (2018 - R$ 433.031), incluindo principal, multa e juros. O auto refere-se basicamente à dedução da amortização do ágio. A Companhia apresentou defesa e o processo encontra-se em âmbito administrativo. Foi constituída provisão em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas relacionadas às apurações dos anos-calendário de 2005 a 2019. Além da provisão acima a Companhia reconhece ainda outras provisões oriundas de transações provenientes de anos anteriores. Com base em informações de seus consultores legais o montante total atualizado das provisões tributárias é de R$ 181.404 em 2019 (2018 - R$ 203.674). **12.2. Outros processos relevantes em andamento:** A Companhia é parte em outros processos para os quais a Administração, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, não constituiu provisão para contingências, uma vez que as expectativas de perda foram consideradas como possíveis, sendo principalmente: (i) Ações Tributárias – Drawback Estadual e Federal: A Companhia foi autuada pela Receita Federal do Brasil referente a atos concessórios dos anos de 2004 a 2008 e 2011 com relação à suposta incidência de Imposto de Importação, IPI, PIS e COFINS em operação de Drawback. Em 31 de dezembro de 2019 o valor envolvido corresponde a R$ 34.088 (2018 - R$ 79.101); houve uma redução com relação ao ano de 2018 devido ao ganho de alguns processos durante o exercício. Estes processos encontram-se em esfera administrativa.

13. Provisão para fechamento de mina

	Movimentação - ARO	
	2019	**2018**
Em 31 de dezembro Inicial ano	**295.151**	**249.732**
Despesas financeiras (*Accretion*)	17.801	13.898
Pagamentos	(26.918)	(22.301)
Reavaliação da provisão	18.639	9.728
Variação Cambial	11.966	44.094
Em 31 de dezembro Final do Ano	**316.639**	**295.151**
Circulante	8.874	36.440
Não circulante	307.765	258.711

14. Imposto de renda e contribuição social: 14.1. Saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Ativo (Passivo)	
	2019	**2018**
Diferenças temporárias oriundas das diferenças entre base contábil e fiscal		
Ativo imobilizado	833.840	908.904
Obrigações para retirada de ativos - ARO	(107.657)	(100.351)
Estoques	21.598	24.260
Capitalização de hedge e variação cambial	50.322	53.870
Perdas diferidos de variação cambial	(57.458)	(73.178)
Provisões	(60.277)	(67.981)
Hedge de fluxo de caixa	(263)	(18.193)
Recebíveis longo prazo - Partes Relacionadas	-	(1.203)
IFRS 16	(3.156)	
Total	**676.949**	**726.128**

O reconhecimento inicial e as posteriores análises da realização do imposto de renda diferido ocorrem quando seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação do ativo fiscal diferido, com base em projeções de resultados elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitam a sua utilização total, ou parcial se for constituído o crédito integral.

14.2. Imposto de renda e contribuição social no resultado: A reconciliação da alíquota efetiva em 2019 e de 2018 é como segue:

	2019	2018
Lucro antes do Imposto de renda e da contribuição social	962.174	135.216
Ajustes no resultado por adições (exclusões)		
Ajustes de anos anteriores	(28.829)	(4.890)
Doações e contribuições não dedutíveis	1.488	1.424
Custos e despesas não dedutíveis	374	2.889
Adições (Deduções) diversas (PAT, FIA, OCAC)	1.118	(4.151)
Efeito da moeda funcional sobre a base tributária e societária dos itens não monetários	(201.849)	871.878
Efeito de conversão do resultado	303.857	127.696
Diferença de taxa de depreciação (Contábil/Fiscal)	(12.938)	27.703
Stock Option (Opção de Ações)	4.017	2.572
Efeito movimentação ARO	(7.741)	(103.415)
Juros sobre o capital próprio	(100.920)	-
IFRS 16	34	-
Outras diferenças temporárias	(40.176)	(30.427)
Base de cálculo	880.609	1.026.495
Alíquota fiscal vigente	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social apurados	**299.407**	**349.008**
Imposto de renda e contribuição social correntes	(366.514)	(95.486)
Imposto de renda e contribuição social – diferidos	67.107	(253.522)
Total da despesa com imposto de renda e contribuição social	**(299.407)**	**(349.008)**

15. Patrimônio Líquido: 15.1 Capital social: Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 o capital social, subscrito e integralizado, é representado por 376.708 ações ordinárias e 143.189 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal. A cada ação ordinária é atribuído um voto nas deliberações das Assembleias Gerais. As ações preferenciais possuem direito de voto e obtendo prioridade ao reembolso do seu valor de capital, sem prêmio, em caso de dissolução da Companhia. As ações preferenciais poderão ser convertidas em ações ordinárias por decisão dos acionistas preferencialistas, mediante notificação prévia por escrito à Companhia com pelo menos 2 dias úteis de antecedência. **15.2 Reservas de capital:** As reservas de capital são compostas por Restricted Share Units ("RSU") e opções de ações Share Option Plan ("SOP") outorgadas, conforme descrito na Nota Explicativa nº 16. **15.3 Ajuste acumulado de conversão:**

Movimentação - Ajuste Acumulado de Conversão - CTA

	2019	2018
Em 31 de dezembro inicial	**2.938.870**	**2.136.625**
Ajustes de conversão sobre:		
Despesa antecipada	97	100
Estoques	8.765	30.730
Imobilizado	(4.845)	641.575
Intangível	(3.871)	3.086
Outros	50	(942)
Resultado	303.857	127.696
Em 31 de dezembro final	**3.242.923**	**2.938.870**

15.4 Ajuste de avaliação patrimonial: Compreende os saldos a valor justo das operações de hedge não realizadas, na medida em que o hedge é considerado efetivo, líquidas de imposto de renda diferido.

16. Pagamento baseados em ações: A matriz da Companhia no Canadá concede aos administradores no Brasil os planos para pagamentos baseados em ações denominados Restricted Share Units ("RSU") e Share Option Plan ("SOP"). Estes planos são exercíveis ao longo de 3 anos após a data de concessão, sendo 1/3 exercível a cada ano. A movimentação dos planos é apresentada a seguir:

	2019		2018	
RSU	Quantidade	Preço médio do exercício (CAD)	Quantidade	Preço médio do exercício (CAD)
Saldos em 1 de janeiro	**416.797**	**4,89**	**434.187**	**4,63**
Concedidas	225.544	4,58	238.641	4,82
Exercidas	(199.531)	4,82	(213.842)	4,32
Reinvestidas	(34.255)	5,03	(42.189)	4,65
Canceladas				
Saldos em 31 de dezembro	**408.555**	**4,74**	**416.797**	**4,89**

	2019		2018	
SOP	Quantidade	Preço médio do exercício (CAD)	Quantidade	Preço médio do exercício (CAD)
Saldos em 1 de janeiro	**239.385**	**6,02**	**224.869**	**7,1**
Concedidas	36.354	4,95	34.663	4,95
Exercidas	(90.508)	4,81	0	0
Canceladas	(29.180)	10,87	(20.147)	16,25
Saldos em 31 de dezembro	**156.051**	**5,47**	**239.385**	**6,02**
Exercíveis em 31 de dezembro	**88.378**	**6,01**	**178.610**	**6,41**

O preço médio ponderado da ação, na data de exercício das SOP exercidas em 2019, foi CAD 6,47 (CAD nenhum em 2018). Os preços de exercício dezembro 2019 para as SOP variam de CAD 3,73 a CAD 8,03, com tempo remanescente médio ponderado de 4,0 anos. Os preços de exercício dezembro 2018 para as SOP variam de CAD 3,73 a CAD 10,87, com tempo remanescente médio ponderado de 3,0 anos. As seguintes premissas foram utilizadas para cálculo do valor justo dos planos de pagamentos baseados em ações, utilizando a metodologia Black and Scholes:

	2019	2018
Preço Médio Ponderado das Ações	4,59	4,95
Taxa de dividendos esperada	0,00%	0,00%
Volatilidade esperada	44,80%	47,50%
Taxa livre de risco	1,80%	2,10%
Duração esperada dos planos (em anos)	4,5	4,5
Média ponderada do valor justo por opção de ação (CAD)	1,79	2,05

17. Partes Relacionadas: Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, assim como as transações que influenciaram os resultados destes exercícios, relativas às operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia com outras entidades sob controle comum do Grupo Kinross.

	Receita (Despesa) Valor da transação do PL e Resultado	
Empresa	**Exercício findo em 31/12/19**	**Exercício findo em 31/12/18**
Avrilius Holdings Limited	(2.137)	(2.053)
CNM - Companhia Nacional de Mineração	212	901
Kinross Global Mobility Limited	(1.488)	(11.922)
Kinross Gold Corporation (Toronto)	3.162.442	2.218.209
Kinross Offshore Services Comp	-	92
Kinross Participações Ltda.	755	51
Kupol Ventures Limited	(4.289)	(4.107)
Montanapar Participações Ltda.	445	443
Red Back Mining BV	(26.282)	(84.639)
	3.129.658	**2.116.975**

Os seguintes saldos estavam em aberto no fim do exercício de 31 de dezembro de 2019:

	Valores a receber de partes relacionadas		Valores a pagar de partes relacionadas	
Empresa	**Exercício findo em 31/12/19**	**Exercício findo em 31/12/18**	**Exercício findo em 31/12/19**	**Exercício findo em 31/12/18**
Avrilius Holdings Limited	-	-	14.416	35.470
CNM - Companhia Nacional de Mineração	2	18.751	-	-
Kinross Global Mobility Limited	393	0	1.955	2.247
Kinross Gold Corporation (Toronto)	5.108	3.537	-	-
Kinross Participações Ltda.	21.078	1.066	20.412	-
Kupol Ventures Limited	-	-	48.453	70.942
Montanapar Participações Ltda.	9.719	9.223	2	-
Red Back Mining BV	-	-	(1)	858.159
	36.300	**32.577**	**85.237**	**966.818**
Curto Prazo	-	-	85.237	249.980
Longo Prazo	36.300	32.577	-	716.838

(i) Todos os saldos pendentes com estas partes relacionadas são avaliados com base nas práticas de mercado e serão liquidados conforme acordado. Nenhum dos saldos possui garantias.

18. Receitas

	Consolidado	
	2019	**2018**
Receita bruta de vendas	3.286.317	2.347.827
Impostos sobre vendas	(601)	(149)
Receita operacional líquida	**3.285.716**	**2.347.678**
Custo dos produtos vendidos	(2.339.884)	(2.136.187)
Lucro Bruto	**945.832**	**211.491**

19. Instrumentos financeiros: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros e etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia. A Companhia não efetua operações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. **19.1 Risco de crédito:** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática o recebimento à vista da maioria das vendas de ouro e prata. Para as vendas a prazo, uma criteriosa análise de crédito dos clientes é efetuada para mitigar estes riscos. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de primeira linha, assim como trabalha constantemente para diversificar esse risco dentre suas várias contrapartes bancárias. **19.2 Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros:** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas. **19.3 Risco de taxas de câmbio:** Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas diferentes da moeda funcional utilizadas pela Companhia para a aquisição de insumos e a contratação de instrumentos financeiros. A Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de proteção com derivativos para mitigar esses riscos. **19.4 Risco de liquidez:** A previsão do fluxo de caixa é preparada e analisada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda. **19.5 Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia tem por política efetuar operações com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar ou de eliminar riscos inerentes à sua operação, principalmente o risco de oscilações de moedas diferentes da sua moeda funcional. Os instrumentos financeiros derivativos da Companhia são classificados como *hedges* de fluxo de caixa. O valor justo estimado para os contratos de derivativos é determinado com base em taxas de mercado cotadas para contratos semelhantes e representam o valor que a Companhia pagaria a ou receberia de uma contraparte independente para desfazer sua posição tendo em vista as taxas de mercado na data das demonstrações financeiras. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor justo de cada operação. Como consequência as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os valores que efetivamente serão realizados quando da liquidação financeira das operações.

	Ativo (Passivo)	
	2019	**2018**
Ativo circulante		
Contratos futuros de câmbio	2.163	2.083
Ativo não circulante		
Contratos futuros de câmbio	6.819	3.240
Passivo circulante		
Contratos futuros de câmbio	(9.358)	(47.601)
Passivo não circulante		
Contratos futuros de câmbio	-	(13.939)
	(376)	**(56.217)**

20. Cobertura de Seguros: A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31 de dezembro de 2019, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era de R$ 1,943 bilhões (1º risco - Zurich) e R$ 971 milhões (2º risco – AIG) em excesso à apólice de 1º Risco emitida pela Zurich para danos materiais e lucros cessantes. Para responsabilidade civil o valor de cobertura era de R$ 97 milhões - Zurich (2018 - R$ 82,84 milhões).

21. Eventos Subsequentes: Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou o surto de Coronavirus COVID-19, uma pandemia global, em reconhecimento à sua rápida disseminação pelo mundo. Em resposta, a Kinross adotou medidas de prevenção e contenção do vírus. A Companhia paralisou todos os serviços e processos não essenciais à operação. Dentre as ações implementadas: (i) trabalho remoto de funções administrativas (*home office*); (ii) distância mínima de segurança entre empregados no transporte, alimentação e execução das atividades; (iii) afastamento de empregados do grupo de risco; (iv) suspensão de eventos internos e externos; (v) aumento nos pontos de higienização e distribuição de máscaras; (vi) monitoramento intensivo de todos profissionais e (vii) contribuições a comunidade no processo de prevenção e infraestrutura. A Kinross avaliou os potenciais efeitos contábeis do COVID-19 não sendo identificados quaisquer impactos em relação a continuidade do negócio; assim como não houve qualquer impacto até o momento no desempenho de suas atividades.

Gilberto Carlos Nascimento Azevedo
Presidente Brasil

Gustavo de Andrade Geovanini
CRC: MG-75540/O2

Este documento foi assinado digitalmente e eletronicamente por EDIMINAS S/A EDITORA GRÁFICA INDUSTRIAL MG, titular do JORNAL HOJE EM DIA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br/VerificadorAssinaturas/Verificador e utilize o código 0188-46D5-F4C5-494E.

KINROSS

KINROSS BRASIL MINERAÇÃO S.A.

CNPJ: 20.346.524/0001-46

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
KINROSS BRASIL MINERAÇÃO S.A.
Opinião
Examinamos as demonstrações contábeis da **KINROSS BRASIL MINERAÇÃO S.A**. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **KINROSS BRASIL MINERAÇÃO S.A.** em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).
Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis
A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.
Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 18 de março de 2020.
LCC AUDITORES INDEPENDENTES
CRC Nº 2SP029650/O-4
Marcello Lopes dos Santos
CRC N.º 1SP188429/O-2 S-MG

3/3

PATRICIA ANDRADE. LEILOEIRA OFICIAL faz saber que será levado a leilão simultâneo (presencial e online concomitante) os bens móveis (veículos, tratores e sucatas) inservíveis ao município de São João do Paraíso. Proc. 039/2020. Leilão 001/2020. Dia 22/06/2020 às 09 hs na Secretaria Municipal de Transportes, Rua Floresta, 474, Centro, São João do Paraíso e também no site www.patricialeiloeira.com.br. Os bens ficarão disponíveis para visitação na Secretaria Municipal de Transportes, na Rua Floresta, 474, Centro, São João do Paraíso/MG, nos dias 15/06/2020 à 22/06/2020 (Somente em dias úteis) de 07 às 12 horas. Realização: Patrícia Graciele de Andrade Sousa. Leiloeira Oficial. Edital e informações: Tel: (31) 3243-1107.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA/MG. Aviso de Licitação. Concorrência Pública nº 09/2020. Tipo: Técnica e Preço. Objeto: Contratação de 01 (Uma) agência de publicidade para a prestação de serviços técnicos de publicidade visando a elaboração de projetos e campanhas desta Prefeitura Municipal. Entrega dos envelopes: Dia 24/07/2020; até às 10h30min. Edital e anexos no site: www.boaesperanca.mg.gov.br/licitacoes. Informações, tel.: (35) 3851-0314. Hideraldo Henrique Silva - Prefeito Municipal.

CAMPOS GUIMARÃES IMÓVEIS LTDA

CNPJ 21.695.317/0001-60. Edital de Convocação para a Reunião Extraordinária de Sócios. As administradoras da Campos Guimarães Imóveis Ltda., vem, no uso de suas prerrogativas legais e contratuais, convocar todos os sócios da Campos Guimarães Imóveis Ltda para participarem da Reunião Extraordinária de Sócios a realizar-se na sede da Sociedade, na Rua Barão de Coromandel, 266, bairro Barreiro, Belo Horizonte/MG, CEP 30.640-060, no dia 16 de junho de 2020, às 17:00 horas, em primeira convocação, para deliberar sobre as seguintes matérias: I- Destituição do administrador da Sociedade; II- Contratação de uma empresa de auditoria independente para apuração de eventuais prejuízos à Sociedade; III- Deliberação sobre a utilização da marca da Sociedade na região do Barreiro, Belo Horizonte.

Belo Horizonte, 03 de junho de 2020.
MARÍLIA EDNA DE CAMPOS HALABI
MONA DE CAMPOS GUIMARÃES HALABI

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA/MG - Aviso de Resultado Final - Tomada de Preço n° 002/2020. Objeto:Contratação de empresa especializada para realização de projetos de engenharia na área de infraestrutura urbana utilizando a plataforma Building Information Modeling(BIM), conforme NBR15965. Empresa vencedora: VIAVOZ EIRELI EPP CNPJ:05.874.447/0001-03 Valor:R$2.715.255.46 Processo Homologado. Contrato:156 de 26/05/2020. Mariana 04 de junho 2020. Gustavo Grijo dos Santos Augusto. Presidente Ad Hoc da CPL.
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA/MG – Aviso de Resultado Final - Pregão Presencial n°032/2020. Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de sondagem e ensaios de laboratório em atendimento as demandas da SEMOB. Empresa vencedora: OBJETIVA PROJETOS E SERVIÇOS LTDA. CNPJ:19.231.266/0001-73 Valor:R$1.052.330,12 Processo Homologado. Contrato:084 de 01/06/2020. Mariana 04 de JUNHO de 2020. Gustavo Grijo dos Santos Augusto. Presidente Ad Hoc da CPL.

HOSPITAL MUNICIPAL DR. GIL ALVES - BOCAIÚVA/MG

EXTRATO DE CONTRATO 020/2020 – DISPENSA DE LICITAÇÃO 010/2020 -Objeto: aquisição de colchão para cama hospitalar, conforme lei 13.979 de 6/02/2020 de enfrentamento a COVID-19. Parte MRG Pascualini e Cia Ltda - EPP– Valor:R$ 2.800,00 – Vigência 21/07/2020.
EXTRATO DE CONTRATO 021/2020 – DISPENSA DE LICITAÇÃO 010/2020 -Objeto: aquisição de suporte de soro fixo esmaltado, conforme lei 13.979 de 6/02/2020 de enfrentamento a COVID-19. Parte: MVM Industria Metalúrgica Ltda– Valor:R$ 2.050,00 – Vigência 21/07/2020.
EXTRATO DE CONTRATO 022/2020 – DISPENSA DE LICITAÇÃO 011/2020 -Objeto: aquisição de saco para óbito, conforme lei 13.979 de 6/02/2020 de enfrentamento a COVID-19. Parte: Renascer Industria e Comercio de Artigos Funerários Ltda– Valor:R$ 840.00 – Vigência 31/07/2020.
EXTRATO DE CONTRATO 023/2020 – DISPENSA DE LICITAÇÃO 012/2020 -Objeto: aquisição de capa protetora para colchão, conforme lei 13.979 de 6/02/2020 de enfrentamento a COVID-19. Parte: Industria e Comercio Colchoes Orthovida Ltda - EPP– Valor:R$ 799,00 – Vigência 02/08/2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE OLEGÁRIO/MG

Tomada de Preços 002/2020 **-** Aviso de Anulação **-** Torna pública a anulação do Processo Licitatório 036/2020, TP 002/2020, em razão da necessidade de readequação do ato convocatório. Obj: Contratação de empresa de engenharia para reforma da quadra do povoado de Vargem Grande e cobertura da quadra do distrito de Galena. João C. N. Castilho - Prefeito. Inf. (34) 3811-1231 - www.po.mg.gov.br

---

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL

O Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Correios e Telégrafos e Similares do Estado de Minas Gerais – SINTECT-MG, observando o seu Estatuto social, convoca os trabalhadores da base territorial, a participarem de sua Assembleia Geral que se realizará no dia 10/06/2020 às 19:00 horas em primeira chamada ou as 19:30h em segunda e última chamada, com qualquer número de presentes, a se realizar na Sede do SINDADOS/MG, localizado à Rua David Campista, 150, Bairro Floresta, Belo Horizonte/MG, para discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: 1) Campanha Salarial 2020/2021; 2) Aprovação da Pauta Nacional de Reivindicações para as negociações do ACT 2020/2021; 3) Escolha dos nomes (Titular e Suplente) para compor o Comando Nacional de Negociação e Mobilização; 4) Autorização para a FENTECT assinar o ACT 2020/2021. Belo Horizonte,05 de junho de 2020. Diretoria do Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Correios e Telégrafos e Similares do Estado de Minas Gerais – SINTECT-MG.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUMHI – AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO No58/2020 – PREGÃO PRESENCIAL NO REGISTRO DE PREÇOS No21/2020

O Município de Piumhi/MG, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o no16.781.346/0001-04, torna público que realizará licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL NO REGISTRO DE PREÇOS No21/2020, **tipo menor preço por Lote**, visando o **Registro de Preços para a contratação de empresa(s) prestadora(s) de serviços de manutenção preventiva e/ou corretiva para os veículos, motocicletas, cronotacógrafo e equipamentos em geral desta Prefeitura.** A data de abertura dos envelopes será as **9h, do dia 22/06/2020**, sendo o protocolo dos envelopes até às **8h30** na mesma data, nos termos da Lei no10.520/02 e demais legislações aplicáveis à espécie. Maiores informações e cópias do referido edital poderão ser obtidas na sede da Prefeitura, das 8h às 16h, pelo telefone (37)3371-9222 ou pelo site http://prefeiturapiumhi.mg.gov.br/editais/ **na pasta 2020/Pregão Registro de Preço.** Adeberto José de Melo – Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUMHI

PATRICIA ANDRADE. LEILOEIRA OFICIAL faz saber que será levado a leilão os bens móveis inservíveis ao município de Pingo D Água. Leilão nº001/2020. Proc. Licitatório nº 40/2020. Dia 15/07/2020 às 10 hs na Prefeitura, Av. Deputado Raimundo Albergaria,100, Centro, Pingo D Água e através do site www.patricialeiloeira.com.br.
Inf: (31) 3243-1107

CÂMARA MUNICIPAL DE JAÍBA/MG

Proc. Licitatório nº 006/2020, Pregão Presencial nº 002/2020 - Registro de Preços 001/2020 - Objeto - Eventual e futura contratação da prestação de serviços mecânicos com substituição de peças quando necessário para a manutenção dos veículos da frota da Câmara Municipal de Jaíba-MG, conforme especificações constantes do edital - que se realizará no dia 19/06/2020 às 09:00 horas, no prédio da Câmara Municipal, localizada na Rua Amandio José de Carvalho, nº 371 - Centro Comunitário, Jaíba/MG - Pregoeiro: Deivison Fábio Soares Lima, Tel. (38) 3833-1492 ou pelo e-mail: tesourariacamarajaiba@gmail.com

---

SONGEO MINERAÇÃO S/A
CNPJ 41.799.313/0001-39
Aviso aos acionistas e convocação para AGE

Convocamos os senhores acionistas para se reunirem em AGE às 11: horas do dia 19 de junho de 2020 na sede da companhia à Av. Frei Orlando, 633, nesta capital, para deliberar sobre as seguintes matérias: 1) Ratificação da ata registrada em 28/02/2020 para inclusão da eleição da nova Diretoria para o triênio 2019 a 2022; 2) Outros assuntos de interesse da sociedade. Na oportunidade a Companhia informa que se acham a disposição dos senhores acionista em sua sede social os documentos a que se refere o art. 133 da lei 6.404 de 15/12/1976, relativos ao exercício encerrado em 31/12/2018.

Belo Horizonte, 26/05/2020.
Vicente de Castro Sabino - Presidente

TAQUARIL MINERAÇÃO S.A.
CNPJ/MF 12.374.235/0001-22
CONVOCAÇÃO

A Diretoria da Taquaril Mineração S.A., sociedade anônima fechada, com sede na Cidade de Nova Lima, Estado de Minas Gerais, na Alameda Oscar Niemeyer, nº 891, pavimento 08, sala 806, Bairro Vila da Serra, CEP 34006-065, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.374.235/0001-22 ("Companhia"), em cumprimento ao disposto no artigo 10 do Estatuto Social da Companhia, convoca todos os acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se na sede da Companhia, no dia 18 de junho de 2020, às 10:00 hrs, a fim de deliberarem sobre a propositura de ação de responsabilidade civil em relação aos Diretores da Companhia, Saulo Wanderley Filho e Bruno Wanderley. A Diretoria ressalta a importância do comparecimento pessoal do acionista ou da constituição de procurador para representá-lo na Assembleia. Salienta-se que serão adotadas medidas de higiene e segurança, conforme recomendações das autoridades competentes, para evitar o contágio pelo COVID-19 (coronavírus).

Belo Horizonte, 03 de junho de 2020.
Saulo Wanderley Filho - Diretor Presidente.

COWAN PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ/MF 07.760.020/0001-00
CONVOCAÇÃO

A Diretoria da Cowan Participações S.A., sociedade anônima fechada, com sede na Rua Maria Luiza Santiago, n. 200, 21º andar, sala 2103 - parte, Bairro Santa Lucia, na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, CEP 30360-740, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.760.020/0001-00 ("Companhia"), em cumprimento ao disposto no artigo 11 do Estatuto Social da Companhia, convoca todos os acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se na sede da Companhia, no dia 18 de junho de 2020, às 12:00hrs, a fim de deliberarem sobre a propositura de ação de responsabilidade civil contra o Diretor Presidente da Companhia, Sr. Saulo Wanderley. Caso algum acionista que não possa comparecer à Assembleia opte por enviar um representante, a procuração deve ser outorgada a outro acionista, administrador da Companhia ou advogado e apresentada com reconhecimento da firma do acionista outorgante no prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) horas antes da Assembleia, nos termos do art. 13 do Estatuto Social. A Diretoria ressalta a importância do comparecimento pessoal do acionista ou da constituição de procurador para representá-lo na Assembleia. Salienta-se que serão adotadas medidas de higiene e segurança, conforme recomendações das autoridades competentes, para evitar o contágio pelo COVID-19 (coronavírus).

Belo Horizonte, 03 de junho de 2020.
Saulo Wanderley - Diretor Presidente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO SÁ/MG
AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE EDITAL
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 048/2020 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2020. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE RECARGA DE CARTUCHO/TONER/TINTA, REMANUFATURAMENTO DE TONER/CARTUCHOS, RESET E ASSISTÊNCIA TÉCNICA DE IMPRESSORAS (PREVENTIVA E CORRETIVA), VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE FRANCISCO SÁ/MG. Abertura da sessão dia 19 de Junho de 2020 às 09h00min. Telefone: (38) 98816-0346. Site: www.franciscosa.mg.gov.br ou e-mail: licitacaofranciscosa2017@gmail.com

Pregoeiro Oficial: **Felisberto Rodrigues Neto**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA
TOMADA DE PREÇO Nº 007/2020

Torna público a realização de Licitação na Modalidade Tomada de Preço nº 007/2020, no dia 24 de junho de 2020, às 09:00 (dez) horas na sede da Prefeitura, situada na Avenida Francisco Campos, nº 27, Centro, Córrego Danta, MG, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para Pavimentação em bloquete e poliédrico em vias públicas de Córrego Danta-MG. Os envelopes contendo a documentação de Habilitação e Proposta, poderão ser entregues no endereço acima citado, até às 08:45 horas, do dia 24/06/2020. Os interessados poderão adquirir o edital no site www.corregodanta.mg.gov.br, no endereço acima citado ou obter informações no horário de 08:00 às 17:00 horas de segunda à sexta-feira, pelo telefone 37 3424-1010 ou pelo e-mail; licitacao@corregodanta.mg.gov.br - Cassiano Pereira da Silva - Setor de Compras e Licitações.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAIBA/MG - AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO Nº 055/2020 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2020 - SRP N° 009/2020. PREFEITURA MUNICIPAL DE JAÍBA/MG torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 23/06/2020 as 08:00 hs, em sua sede na Avenida João Teixeira Filho, Nº 335, Centro Comunitário - Jaíba/MG. Licitação na modalidade de Pregão Presencial, do **Tipo Menor Preço por item**, tendo como Objeto Futura e Eventual aquisição de baterias automotivas, para atender as demandas das secretarias Municípais de Jaíba/MG, Conforme especificações constantes do Edital e seus anexos, disponível no site www.jaiba.mg.gov.br cuja cópia e esclarecimentos poderão ser obtidos através do e-mail licitacoes@jaiba.mg.gov.br, ou no setor de Licitações pelo telefone (38) 3833-1590, de segunda a sexta-feira de 08:00 as 12:00 hs, nos dias úteis.

Jaíba/MG, 05 de junho de 2020. Teófilo Gomes Caires - Pregoeiro Oficial.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DAS MISSÕES/MG

PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2020 - O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DAS MISSÕES - MG torna público que realizará licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço por item, nos termos das Leis 10.520/02, 8.666/93, para CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ACOMPANHAMENTO, MONITORAMENTO E IMPLANTAÇÃO DAS RESOLUÇÕES VIA GEICOM - GERENCIADOR DE INDIOCADORES, COMPROMISSOS, METAS E SIGRES - SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE RESOLUÇÕES ESTADUAIS DE SAUDE EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, no dia 22/06/2020. O edital completo e maiores informações poderão ser obtidos na sede da Prefeitura Municipal de São João das Missões, situada a Praça Vicente de Paula, nº300 – B – Centro – CEP 39.475-000 – São João das Missões (MG). Informações: (38)3613-8230 E-mail: licitacao@saojoaodasmissoes.mg.gov.br,site;www.saojoaodasmissoes.mg.gov.br. São João das Missões, 05 de junho de 2020. Aryadna Santana de Sousa – Pregoeira
PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2020 - O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DAS MISSÕES - MG torna público que realizará licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço por item, nos termos das Leis 10.520/02, 8.666/93, para CONTRATAÇÃO DE JORNALISTA COM HABILITAÇÃO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL PARA ATENDER AS DEMANDAS DO MUNICÍPIO, no dia 23/06/2020. O edital completo e maiores informações poderão ser obtidos na sede da Prefeitura Municipal de São João das Missões, situada a Praça Vicente de Paula, nº300 – B – Centro – CEP 39.475-000 – São João das Missões (MG). Informações: (38)3613-8230 E-mail: licitacao@saojoaodasmissoes.mg.gov.br,site;www.saojoaodasmissoes.mg.gov.br. São João das Missões, 05 de junho. Aryadna Santana de Sousa – Pregoeira

---

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROMÃO/MG

Proc. 48/20 - PP 19/20 - Aquis. cestas básicas - Sr. Prefeito, Marcelo M. Mendonça formaliza ATA SRP 27/20 - Amazônia Ind. Com. Ltda - CNPJ 66.476.052/0001-47 - Vr: R$ 662.625,00 - Assina: Luiz Ferreira Lima - ATA SRP 28/20 - Cna M. Logística Ltda-EPP - CNPJ 17.270.476/0001-45 - Vr: R$ 233.962,50 - Assina: Alexandre D. Vieira - Vig: 12 meses.
Proc. 58/20 - PP 21/20 - Aquis. mat. p/ balsa e pontes - Sr. Prefeito, Marcelo M. Mendonça formaliza ATA SRP 29/20 - Oxisoldas C. Repr. Ltda-EPP - CNPJ 27.140.901/0001-35 - Vr: R$ 113.755,00 - Assina: Juliano C. C. Silva - Vig: 12 meses.
Proc. 42/19 - PP 12/19 - Aquis. cestas básicas - Sr. Prefeito, Marcelo M. Mendonça rescinde ATA SRP 35/19, sem ônus p/ partes.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANAÚBA/MG

Republicação de Edital - Processo: 0070/2020 - Pregão Eletrônico: 0023/2020. O município de Janaúba/MG, torna público para o conhecimento dos interessados que a Licitação de nº 0070/2020 na modalidade Pregão Eletrônico nº 0023/2020, do tipo Menor Preço por item para Aquisição de Mobiliário Escolar, que ocorreria dia 15 de Junho de 2020 às 09:00:00, será realizada no dia, Segunda-feira,29 de Junho de 2020 às 15:00:00, conforme especificações constantes no edital e seus anexos, cuja cópia poderá ser adquirida junto ao Setor de Licitações, no referido endereço, no horário de 13:00 às 17:00 horas, nos dias úteis assim como no site www.janauba.mg.gov.br/licitacao. Marco Antonio de Carvalho Lopes. Pregoeiro Oficial.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANAÚBA/MG

Republicação de Edital - Processo: 0076/2020 - Pregão Eletrônico: 0029/2020. O município de Janaúba/MG, torna público para o conhecimento dos interessados que a Licitação de nº 0076/2020 na modalidade Pregão Eletrônico nº 0029/2020, do tipo Menor Preço por item para Aquisição de Coleção Pedagógica, que ocorreria em 16 de Junho de 2020, será realizada no dia, Segunda-feira , 29 de Junho de 2020 às 09:00:00 conforme especificações constantes no edital e seus anexos, cuja cópia poderá ser adquirida junto ao Setor de Licitações, no referido endereço, no horário de 13:00 às 17:00 horas, nos dias úteis assim como no site www.janauba.mg.gov.br/licitacao. Marco Antonio de Carvalho Lopes. Pregoeiro Oficial.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANAÚBA/MG

Republicação de Edital - Processo: 0073/2020 - Pregão Eletrônico: 0026/2020. O município de Janaúba/MG, torna público para o conhecimento dos interessados que a Licitação de nº 0073/2020 na modalidade Pregão Eletrônico nº 0026/2020, do tipo Menor Preço para Aquisição de Asfalto Ensacado, que ocorreria dia 17 de Junho de 2020 às 09:00:00, será realizada no dia, Sexta-feira , 26 de Junho de 2020 às 15:00:00, conforme especificações constantes no edital e seus anexos, cuja cópia poderá ser adquirida junto ao Setor de Licitações, no referido endereço, no horário de 13:00 às 17:00 horas, nos dias úteis assim como no site www.janauba.mg.gov.br/licitacao. Marco Antonio de Carvalho Lopes - Pregoeiro Oficial.

Este documento foi assinado digitalmente e eletronicamente por EDIMINAS S/A EDITORA GRÁFICA INDUSTRIAL MG, titular do JORNAL HOJE EM DIA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br/VerificadorAssinaturas/Verificador e utilize o código E569-6825-5242-E093.

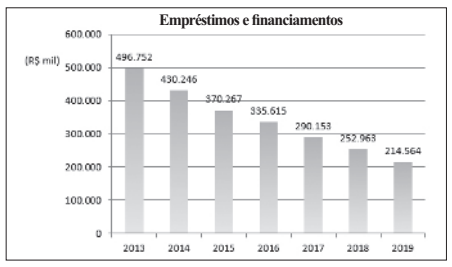
MINAS ARENA - GESTÃO DE INSTALAÇÕES ESPORTIVAS S.A.

CNPJ nº 13.012.956/0001-55

Relatório da Diretoria

A Administração da Minas Arena - Gestão de Instalações Esportivas S.A. ("Minas Arena" ou "Companhia"), em cumprimento ao Art. 133 da Lei 6.404/76, vem prestar aos acionistas e ao mercado, informações relativas às atividades sociais desenvolvidas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, bem como apresentar o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultado do Exercício, a Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração de Fluxos de Caixa e as respectivas notas explicativas, os quais se encontram acompanhados do Parecer dos Auditores Independentes. Após a reinauguração o Mineirão passou por um período de aprendizado e maturação, dadas suas características únicas e inovadoras. Os anos de 2013 e 2014 foram marcados pela realização da Copa das Confederações e Copa do Mundo, a partir de 2015 a Companhia vem trabalhando ativamente para consolidar o Mineirão como principal Arena Multiuso do Brasil, acumulando números positivos e crescimento de mais de 100% com a exploração comercial nesse período.

No ano de 2019, o estádio recebeu cerca de 3,0 milhões de pessoas em 48 partidas de futebol, 256 eventos, visitas ao Museu Brasileiro do Futebol e Esplanada. No ano de 2019, foram amortizados cerca de R$ 39,04 milhões em empréstimos e financiamentos, restando ainda um saldo de cerca de R$214,5 milhões a serem amortizados referentes aos empréstimos realizados pela Concessionária para as obras de reforma e modernização do Estádio.



Empreendimento Sustentável. Desde a reforma, várias ações de sustentabilidade foram e continuam sendo realizadas pela Minas Arena no Gigante da Pampulha, como a operação, em parceria com a Cemig, de uma Usina Solar Fotovoltaica (USF Mineirão). Há também reaproveitamento da água de chuva, que é estocada em reservatórios de mais de 5 milhões de litros de capacidade, que representa uma economia de até 70% no consumo de água potável. Outra prática ambientalmente correta e sustentável é a destinação de todo o resíduo reciclável para a associação de catadores Asmare, além da reciclagem do vidro, antes enviado ao aterro sanitário. Todas estas práticas fazem parte do projeto de sustentabilidade do Mineirão, denominado Gigante Pela Natureza. O Complexo do Mineirão é o primeiro e único estádio do Brasil a conquistar o grau Platinum da Certificação Leed. Recebeu também, em novembro de 2014, o prêmio ouro do Selo BH Sustentável, promovido pela Prefeitura de Belo Horizonte. Em setembro de 2016, aderimos ao Pacto Global, iniciativa da ONU de mobilização da comunidade empresarial para a adoção, em suas práticas de negócios, de valores fundamentais e internacionalmente aceitos nas áreas de direitos humanos, relações de trabalho, meio ambiente e combate à corrupção. Durante 2019, focamos o desenvolvimento de três, dos dezessete Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), como prioritários para guiar as atividades futuras da instituição. São eles: ODS 05 (Igualdade de Gênero), ODS 08 (Trabalho Descente e Crescimento Econômico) e ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes). A partir de então a empresa trabalhou no desenvolvimento de ações relacionadas a estes ODS, como a campanha #Repense e o desenvolvimento de uma cartilha de acessibilidade ao Estádio. Pontuamos também que o Mineirão desenvolveu outras atividades tão importante quanto, como a criação da campanha #racismoNao, com a implementação de um canal de comunicação pelo qual o frequentador do estádio que sofrer ou presenciar casos de racismo ou injúria racial poderá enviar um e-mail relato, bem como a criação de área para detectar e implementar soluções que impactem positivamente a experiência do nosso cliente, inclusive na área de acessibilidade.

Impactos Socioeconômicos: Em maio de 2020, o Instituto de Pesquisas Econômicas Administrativas e Contábeis de Minas Gerais – IPEAD, emitiu o resultado de um estudo do impacto socioeconômico dos jogos/eventos realizados no Complexo do Mineirão sobre a economia. Este estudo independente mostrou, dentre outros resultados, que em 2019, com um público de mais de 2 MM de pessoas, os jogos/eventos realizados promoveram uma injeção imediata na economia de R$662MM, onde a cada R$1 despendido/gasto dentro do Mineirão, R$3,23 foram despendidos/gastos fora. A projeção de impacto destes jogos/eventos nos anos de 2020 e 2021 é de R$948MM, equivalente a 0,79% do PIB de Belo Horizonte, e a 0,15% do PIB de Minas Gerais. Além disso, o estudo apontou que foram gerados 5.753 postos de trabalho na economia de Belo Horizonte, R$414 MM de renda de salários e R$50,05 MM em impostos. Tudo demonstra o quão gigante e importante é o Mineirão. A Administração da Minas Arena - Gestão de Instalações Esportivas S.A.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2019	31/12/2018
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	17.009	23.395
Ativo financeiro de concessão	5	101.702	107.509
Contas a receber de clientes	6	12.422	4.559
Impostos e contribuições a recuperar	7	1.635	2.748
Adiantamentos a fornecedores	-	628	167
Estoques	-	1.042	786
Despesas antecipadas	-	1.492	606
		135.930	139.770
Não circulante			
Ativo financeiro de concessão	5	423.151	471.005
Contas a receber de clientes	6	36.652	18.601
Impostos e contribuições a recuperar	7	1.145	5.355
Outros ativos não circulantes	-	401	371
		461.349	495.332
Imobilizado	8	2.154	2.508
Intangível	9	33.459	34.911
		496.962	532.751
Total do ativo		632.892	672.521

	Notas	31/12/2019	31/12/2018
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	10	3.427	2.217
Empréstimos e financiamentos	11	40.380	39.719
Obrigações e encargos trabalhistas	-	1.266	1.420
Impostos e contribuições a recolher	-	641	1.821
Adiantamento de clientes	16	13.931	10.603
Receitas diferidas	-	2.515	-
Outras obrigações a pagar	-	265	427
		62.425	56.207
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	11	174.184	213.244
Tributos diferidos	12	12.097	6.985
Partes relacionadas	13	10	3.773
Provisão para riscos	14	245	349
Receitas diferidas	-	5.914	2.059
Outros passivos	-	748	405
		193.198	226.815
Total do passivo		255.623	283.022
Patrimônio líquido	15		
Capital social	-	246.405	246.405
Reserva de lucros		130.864	143.094
		377.269	389.499
Total do passivo e patrimônio líquido		632.892	672.521

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2019	31/12/2018
Receita líquida	17	66.708	70.655
Custos dos serviços prestados	18	(21.552)	(20.607)
Lucro bruto		45.156	50.048
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	18	(16.118)	(14.502)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	-	2.649	269
		(13.469)	(14.233)
Lucro operacional		31.687	35.815
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	19	15.276	2.003
Despesas financeiras	19	(26.046)	(27.374)
		(10.770)	(25.371)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		20.917	10.445
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	(4.147)	(374)
Lucro líquido do exercício		16.770	10.071
Quantidade de ações (em milhares)		8.214	8.214
Lucro básico e diluído por ação		2,04	1,23

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

	31/12/2019	31/12/2018
Lucro líquido do exercício	16.770	10.071
Resultados abrangentes do exercício	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	16.770	10.071

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

		Reserva de lucros				
	Capital social	Reserva legal	Reserva estatutária	Reserva de subvenção	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	246.405	7.349	26.593	136.081	-	416.428
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	10.071	10.071
Constituição da reserva legal	-	504	-	-	(504)	-
Transferência para reserva de subvenção	-	-	-	9.567	(9.567)	-
Distribuição de dividendos	-	-	(26.593)	(10.407)	-	(37.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	246.405	7.853	-	135.241	-	389.499
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	16.770	16.770
Constituição da reserva legal	-	839	-	-	(839)	-
Transferência para reserva de subvenção	-	-	-	15.931	(15.931)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	(29.000)	-	(29.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	246.405	8.692	-	122.172	-	377.269

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do fluxo de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

	31/12/2019	31/12/2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	20.917	10.445
Ajustes para conciliar o resultado		
Depreciação e amortização	2.328	2.401
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	18.762	22.060
Receita financeira sobre ativo financeiro de concessão	(43.535)	(53.259)
Tributos diferidos	5.112	519
Receitas diferidas	6.370	(449)
Imposto de renda e contribuição social	(4.147)	(374)
Variação taxa TJLP sobre financiamentos	753	1.859
Baixa de imobilizado	65	-
Reversão perdas esperadas	(88)	-
Reverão provisão contingência	(104)	-
Variações nos ativos e passivos operacionais		
Ativo financeiro de concessão	97.196	107.160
Contas a receber de clientes	(25.826)	(3.184)
Adiantamentos a fornecedores	(461)	(82)
Impostos e contribuições a recuperar	5.323	2.620
Estoques	(256)	(230)
Outros ativos	(916)	254
Fornecedores	1.210	830
Obrigações e encargos trabalhistas	(154)	(525)
Impostos e contribuições a recolher	(1.180)	710
Adiantamento de clientes	3.328	929
Outros passivos	181	307
Caixa gerado pelas operações	84.878	91.991
Juros pagos	(18.869)	(22.304)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	66.009	69.687
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições de imobilizado	(225)	(18)
Adições de intangível	(362)	12
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(587)	(6)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(39.045)	(38.805)
Partes relacionadas	-	(2.550)
Dividendos	(32.763)	(37.000)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(71.808)	(78.355)
Redução de caixa e equivalentes de caixa, líquido	(6.386)	(8.674)
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	23.395	32.069
No final do exercício	17.009	23.395
Redução de caixa e equivalentes de caixa, líquido	(6.386)	(8.674)
Informações complementares:		
Transações que não envolvem caixa:		
Contas a receber de clientes	5.030	-
Receitas diferidas	(5.030)	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A Minas Arena Gestão de Instalações Esportivas S.A. (Minas Arena ou Companhia) é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na Avenida Antonio Abrahão Caram, 1001 – Pampulha, Belo Horizonte – MG. A Companhia foi constituída em 13 de dezembro de 2010 com o objeto social específico e exclusivo a operação e manutenção do Estádio Governador Magalhães Pinto (Estádio ou Mineirão) e as áreas conexas ao Estádio, precedidas de obras de reforma, renovação e adequação, podendo ainda explorar fontes de receitas complementares, acessórias ou de projetos associados, conforme edital de licitação concorrência nº 02/2010-SEPLAG/MG, publicado pelo Estado de Minas Gerais, por meio da Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG), e nos termos do contrato de concessão administrativa (contrato de concessão).

A Companhia é controlada em conjunto pela Construcap CCPS – Engenharia e Comércio S.A., pela Egesa Engenharia S.A. e Hap Engenharia Ltda.

Contrato de Concessão

O Contrato de Parceria Público Privado (PPP), na modalidade de concessão administrativa para reforma e operação do Mineirão, foi firmado em 21 de dezembro de 2010, entre o Estado de Minas Gerais, por intermédio da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – (SEPLAG) (Poder Concedente) e a Minas Arena – Gestão de Instalações Esportivas S.A. (concessionário). O prazo de concessão é de 27 anos. As obras de construção foram concluídas em 21 de dezembro de 2012.

A referida concessão tem por finalidade permitir ao concessionário recuperar o investimento feito na reforma do Mineirão, não coberto totalmente pela contraprestação pública. Consequentemente, a concessionária explora economicamente o estádio e os bens móveis e imóveis que o integram. A referida obra preenche os requisitos impostos pela FIFA e pelo Comitê Organizador da Copa do Mundo de 2014, que recebeu tanto as partidas da Copa do Mundo de 2014, quanto as Olimpíadas de 2016.

A emissão dessas demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 09 de março de 2020.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição contrário.

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo.

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota nº 3.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua. As demonstrações contábeis estão apresentadas em R$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. No caso de utilização de contas garantidas, o saldo apresentado líquido na demonstração dos fluxos de caixa. As contas garantidas, quando existentes, são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos e financiamentos", no passivo circulante.

2.4. Instrumentos financeiros

2.4.1. Ativos financeiros – classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

Nos períodos apresentados, a Companhia não possuia ativos financeiros classificados como disponíveis para venda e mantidos até o vencimento.

2.4.2. Ativos financeiros – reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação.

Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado no resultado financeiro no período em que ocorrem.

2.4.3. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência.

2.4.4. *Impairment* de ativos financeiros

Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um evento de perda) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Não houve necessidade de reconhecimento de perda neste exercício.

2.5. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela exploração das fontes de receita do Estádio. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa (PECLD ou *impairment*).

2.6. Estoques

Os estoques são contabilizados pelo custo ou valor líquido de realização, o que for menor.

2.7. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico-futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

A depreciação é cálculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Equipamentos em geral	10
Móveis e utensílios	10
Instalações	10
Equipamentos de informática	5
Veículos	4

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

2.8. Ativos intangíveis

São registrados como ativos intangíveis as benfeitorias nos bens de terceiros realizadas após a conclusão das obras do Mineirão e que poderão vir a ser reversíveis ao poder concedente no final do contrato. Os ativos intangíveis são amortizados pelo prazo de duração do contrato de concessão firmado entre a Minas Arena e o Poder Concedente.

2.9. *Impairment* de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment).* Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Não houve necessidade de reconhecimento de perda neste exercício.

2.10. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.11. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos e financiamentos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos e financiamentos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.12. Provisões

As provisões são reconhecidas quando: **(i)** a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; **(ii)** é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e **(iii)** o valor possa ser estimado com segurança.

2.13. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$ 240, para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social, e consideram a compensação de eventuais prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável apurado em cada exercício.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do balanço.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

2.14. Provisão para riscos

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar obrigação, usando-se a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

2.15. Demais ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser

Continua...

Este documento foi assinado digitalmente e eletronicamente por EDIMINAS S/A EDITORA GRÁFICA INDUSTRIAL MG, titular do JORNAL HOJE EM DIA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br/VerificadorAssinaturas/Verificador e utilize o código BBB1-5A44-7D53-E9DE.

MINEIRÃO

MINAS ARENA - GESTÃO DE INSTALAÇÕES ESPORTIVAS S.A.

CNPJ nº 13.012.956/0001-55

mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.16. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos incidentes.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir:

(a) Receita de serviços

A receita de prestação de serviços relacionados a operação e exploração do Mineirão, como a realização de eventos, atividades esportivas (jogos de futebol), cessão de uso do espaço (shows), serviços de veiculação de publicidade nos telões localizados no estádio e outras decorrentes da exploração das fontes de receita do Estádio é reconhecida no período em que os serviços são prestados, utilizando o regime de competência.

(b) Receita financeira

A receita financeira decorrente do ativo financeiro é reconhecida pelo método linear com base no tempo e taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto. A taxa de juros efetiva foi apurada com base no fluxo de caixa descontado considerando os desembolsos efetuados para execução das obras de reforma, renovação e adequação do Mineirão e os recebimentos de caixa futuros estimados durante o prazo de concessão.

(c) Receita diferida

A receita diferida é reconhecida quando das vendas de camarote ou cadeiras por temporada, bem como contratos de patrocínios.

Assim, a cada mês na realização das receitas efetivas, efetua-se a apropriação da receita nas contas de resultado pertinentes pelo valor correspondente fração do período de cada contrato.

2.17. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis da Companhia ao final do exercício, com base em seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

2.18. Novas normas, alterações e interpretações de normas contábeis.

A seguir, os principais, pronunciamentos e as interpretações contábeis emitidos pelo IASB e "*International Financial Reporting Standards Interpretations Committee* (IFRIC)", foram publicados ou revisados que entraram obrigatoriamente em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019.

• IFRS 16 – "Operações de Arrendamento Mercantil" (CPC 06 (R2) – a nova norma substitui o IAS 17 – "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações e determina que os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso. Os efeitos foram analisados e não tiveram impactos relevantes para a companhia.

• IFRS 23/ ICPC 22 – Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro – emitida em maio de 2017, surge com o intuito de esclarecer a contabilização de posições fiscais que poderão não ser aceitas pelas autoridades fiscais relativos às matérias de IRPJ e CSLL. Em linhas gerais, o principal ponto de análise da interpretação refere-se à probabilidade de aceitação do Fisco sobre o tratamento fiscal escolhido pela companhia. A IFRS 23/ ICPC 22 será aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019. A Companhia avaliou a interpretação e não espera impactos materiais na adoção desta interpretação.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

Ativo financeiro de concessão

A Companhia reconheceu o "Ativo financeiro de concessão" com base em fluxo de caixa descontado que considera os desembolsos feitos na construção do Estádio e os valores estimados a receber do Poder Concedente relativos ao ressarcimento desses investimentos, conforme previsão contratual. A Taxa Interna de Retorno (TIR) foi apurada pelo fluxo de desembolsos (custo da construção) e entradas estimadas.

A TIR apurada será aplicada sobre o valor presente do "Ativo financeiro de concessão" para reconhecimento da receita financeira sobre o referido ativo.

Na projeção das parcelas futuras a receber do Poder Concedente, foram utilizados os critérios previstos contratualmente (TJLP e IPCA, conforme aplicável a cada parcela). A estimativa futura desses índices foi efetuada com base em informações de mercado na data do balanço.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e bancos	17	5.896
Aplicações financeiras	16.992	17.499
	17.009	23.395

As aplicações financeiras em Certificados e Depósitos Bancários (CDB) possuem rendimentos atrelados à taxa de 97,5% e 99,5% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 31 de dezembro de 2019 (2018 – 78,5% e 94,5%). Estas aplicações são mantidas junto a instituições financeiras de primeira linha. Os prazos para resgate são imediatos e sem ônus para a Companhia.

5. Ativo financeiro de concessão

Refere-se à parcela de valores a receber decorrentes do contrato de parceria público privado firmado com o Estado de Minas Gerais, por intermédio da Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG). Estão registrados com base na aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 "Contratos de Concessão" e da Orientação Técnica OCPC 05 "Contratos de Concessão" (IFRIC 12) e pronunciamento técnico CPC 48 "Instrumentos Financeiros".

(Nota nª 1). Trata-se de um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente pelas obras de reforma, renovação e adequação do Estádio:

	31/12/2019	31/12/2018
Circulante		
Ativo financeiro a faturar	101.702	105.094
Ativo financeiro faturado	-	2.415
	101.702	**107.509**
Não circulante		
Ativo financeiro a faturar	423.151	471.005
	524.853	**578.514**

O recebimento das contraprestações está ocorrendo em 120 parcelas para a parcela pecuniária mensal (Pa) e 300 parcelas complementares mensais (Pb). Ambas as parcelas estão registradas a valor justo com base nas seguintes taxas de desconto: 11,5% aa (Pa) e 8,34% aa (Pb). O recebimento do ativo financeiro de concessão teve início em janeiro de 2013 e está de acordo com o previsto no contrato de concessão.

Movimentação do ativo financeiro de concessão

	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial	**578.514**	**632.415**
Receita financeira	43.535	53.259
Recebimentos	(97.196)	(107.160)
Saldo final	**524.853**	**578.514**

6. Contas a receber de clientes

	31/12/2019	31/12/2018
Contas a receber de clientes faturados	7.200	4.145
Contas a receber de clientes a faturar	42.567	19.796
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(693)	(781)
	49.074	**23.160**
Circulante	12.422	4.559
Não circulante	36.652	18.601
	49.074	**23.160**

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía em suas contas a receber o montante de R$ 23.211 (2018 – R$ 21.822) que se encontrava vencido, mas não *impaired* (comprometido). Os referidos valores encontram-se em negociação e a administração da Companhia não possui expectativa de perda dos mesmos:

	31/12/2019	31/12/2018
A vencer	26.556	2.119
Vencido de 1 a 29 dias	988	290
Vencido de 30 a 59 dias	567	922
Vencido de 60 a 179 dias	600	3.300
Vencido de 180 a 360 dias	1.732	3.576
Vencido a mais de 360 dias	19.324	13.734
	49.767	**23.941**

Movimentação da perda esperada para créditos de liquidação duvidosa:

	2018	Adições	Baixas	2019
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	781	-	(88)	693
	781	**-**	**(88)**	**693**

A perda esperada para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos e se baseia gerencialmente em títulos vencidos que a companhia não espera receber.

7. Impostos e contribuições a recuperar

	31/12/2019	31/12/2018
Programa integração social a recuperar (Pis)	-	1.070
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social a Recuperar (Cofins)	1.141	4.568
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	1.440	1.861
Outros impostos e contribuições	199	604
	2.780	**8.103**
Circulante	1.635	2.748
Não circulante	1.145	5.355
	2.780	**8.103**

A Companhia possui expectativa de recuperação dos impostos a recuperar classificados no ativo não circulante até 31 de dezembro de 2021.

8. Imobilizado

	Taxa anual de depreciação	31/12/2018	Adições	Baixas	Transferência	31/12/2019
Custo						
Equipamentos em geral		1.424	5	-	-	**1.429**
Móveis e utensílios		3.717	20	(65)	-	**3.672**
Instalações		193	-	-	-	**193**
Equipamentos de informática		447	150	-	-	**597**
Veículos		47	23	-	-	**70**
Outras		86	27	-	-	**113**
		5.914	**225**	**(65)**	**-**	**6.074**
Depreciação acumulada						
Equipamentos em geral	10%	(685)	(143)	-	-	**(828)**
Móveis e utensílios	10%	(2.098)	(372)	42	-	**(2.428)**
Instalações	10%	(107)	(19)	-	-	**(126)**
Equipamentos de informática	20%	(400)	(39)	-	-	**(439)**
Veículos	20%	(48)	(2)	32	-	**(18)**
Outras	20%	(68)	(13)	-	-	**(81)**
		(3.406)	**(588)**	**74**	**-**	**(3.920)**
Imobilizado líquido		**2.508**	**(363)**	**9**	**-**	**2.154**

	Taxa anual de depreciação	31/12/2017	Adições	Baixas	Transferência	31/12/2018
Custo						
Equipamentos em geral		**1.424**	-	-	-	**1.424**
Móveis e utensílios		**3.727**	2	(12)	-	**3.717**
Instalações		**193**	-	-	-	**193**
Equipamentos de informática		**431**	16	-	-	**447**
Veículos		**47**	-	-	-	**47**
Outras		**86**	-	-	-	**86**
		5.908	**18**	**(12)**		**5.914**
Depreciação acumulada						
Equipamentos em geral	10%	**(543)**	(142)	-	-	**(685)**
Móveis e utensílios	10%	**(1.732)**	(366)	-	-	**(2.098)**
Instalações	10%	**(88)**	(19)	-	-	**(107)**
Equipamentos de informática	20%	**(355)**	(45)	-	-	**(400)**
Veículos	20%	**(48)**	-	-	-	**(48)**
Outras	20%	**(58)**	(10)	-	-	**(68)**
		(2.824)	**(582)**	**-**	**-**	**(3.406)**
Imobilizado líquido		**3.084**	**(564)**	**(12)**	**-**	**2.508**

9. Intangível

	Taxa anual de amortização	31/12/2018	Adições	31/12/2019
Custo				
Softwares		192	24	216
Benfeitorias em imóveis de terceiros		44.775	338	45.113
		44.967	**362**	**45.329**
Amortização acumulada				
Softwares	20%	(190)	(3)	(193)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4%	(9.866)	(1.811)	(11.677)
		(10.056)	**(1.814)**	**(11.870)**
Intangível líquido		**34.911**	**(1.452)**	**33.459**

	Taxa anual de amortização	31/12/2017	Adições	31/12/2018
Custo				
Softwares		**192**	**-**	**192**
Benfeitorias em imóveis de terceiros		**44.775**	**-**	**44.775**
		44.967	**-**	**44.967**
Amortização acumulada				
Softwares	20%	**(176)**	**(14)**	**(190)**
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4%	**(8.061)**	**(1.805)**	**(9.866)**
		(8.237)	**(1.819)**	**(10.056)**
Intangível líquido		**36.730**	**(1.819)**	**34.911**

10. Fornecedores

	31/12/2019	31/12/2018
Fornecedores de materiais	2.939	1.000
Outros fornecedores	52	109
Provisão para serviços prestados a faturar (a)	436	1.108
	3.427	**2.217**

(a) Para atendimento ao regime de competência contábil registra os serviços que foram medidos/ prestados, mas cujas notas fiscais ainda não foram emitidas.

11. Empréstimos e financiamentos

	Encargos	31/12/2019	31/12/2018
Crédito industrial – BNDES	TJLP + 2,34% a.a.	214.564	252.963
		214.564	**252.963**
Circulante		40.380	39.719
Não circulante		174.184	213.244
		214.564	**252.963**

Garantias

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos substancialmente por:

• Direito de recebimento da integralidade da receita da beneficiária;

• Todos os demais direitos da beneficiária emergentes sob contrato de PPP;

• Totalidade dos direitos creditórios, presentes ou futuros, detidos pela beneficiária.

Escalonamento dos empréstimos e financiamentos

Os montantes registrados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	31/12/2019	31/12/2018
2020	-	39.630
2021	39.171	39.630
2022 e acima	135.013	133.984
	174.184	**213.244**

Cláusulas restritivas

A Companhia possui contrato de empréstimo e financiamento que apresenta cláusulas restritivas as quais estabelecem obrigações quanto à manutenção de índice financeiro sobre as operações contratadas Índice de Cobertura do Serviço de Dívida (ICSD) superior a 1,30, cujo descumprimento produz efeitos apenas ao que concerne à impossibilidade de distribuição de quaisquer recursos aos acionistas, sob a forma de dividendos, juros sobre capital próprio, pagamento de juros e/ou amortização de dívida subordinada e/ou redução de capital, pró-labore, participação nos resultados e honorários a qualquer título.

A Companhia realizou distribuição de dividendos durante o ano de 2019, com base no balanço patrimonial do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018. O ICSD calculado para o período foi de:

• 31/12/2018: 1,84;

• 31/12/2019: 1,71

A Companhia não possui contratos de empréstimos e financiamentos que possuam cláusulas restritivas que estabeleçam obrigações quanto a manutenção de índices financeiros cujo descumprimento torne automaticamente exigível o vencimento da dívida.

Movimentação

Empréstimos	Saldo 31/12/2018	Capitalização	Amortização	Juros provisionados	Saldo 31/12/2019
Crédito industrial - BNDES	**252.176**	753	(39.045)	-	**213.884**
Juros BNDES	**787**	-	(18.869)	18.762	**680**
Total geral	**252.963**	**753**	**(57.914)**	**18.762**	**214.564**

Empréstimos	Saldo 31/12/2017	Capitalização	Amortização	Juros provisionados	Saldo 31/12/2018
Crédito industrial – BNDES	**289.122**	1.859	(38.805)	-	**252.176**
Juros BNDES	**1.031**	-	(22.304)	22.060	**787**
Total geral	**290.153**	**1.859**	**(61.109)**	**22.060**	**252.963**

(a) Quando a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) for superior a 6% ao ano, o montante correspondente a parcela da TJLP que vier a exceder 6% ao ano será capitalizado no dia 15 de cada mês da vigência do contrato com o BNDES.

12. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são registrados nas demonstrações contábeis com base na receita reconhecida e nos custos e nas despesas incorridos pelo regime de competência.

a) Tributos diferidos

Os impostos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros, atribuíveis às diferenças temporárias e sobre os prejuízos fiscais. As diferenças temporárias são decorrentes da aplicação do diferimento da margem de construção sobre as contraprestações pecuniárias Pa e Pb, cuja tributação é realizada pelo restante do prazo do contrato de concessão.

	31/12/2019	31/12/2018
IRPJ	9.640	5.283
CSLL	3.470	1.902
Ativo diferido sobre prejuízo fiscal e base negativa	(3.933)	(2.155)
	9.177	**5.030**
PIS	496	349
Cofins	2.424	1.606
	2.920	**1.955**
Total	**12.097**	**6.985**

b) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos impostos registrados estão apresentados a seguir:

	31/12/2019	31/12/2018
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	20.917	10.445
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda contribuição social à alíquota nominal	**(7.112)**	**(3.551)**
Exclusões permanentes	16.417	19.515
Adições permanentes	(10.339)	(4.707)
Adições e exclusões temporárias	154	384
IR/CS sobre prejuízo fiscal e base negativa não constituídos	(3.267)	(12.015)
Imposto de renda e contribuição social – corrente	-	-
Imposto de renda e contribuição social – diferido	(4.147)	(374)
Total	**(4.147)**	**(374)**
% efetiva	**(19,83%)**	**(3,58%)**

13. Partes relacionadas

Passivo não circulante

(a) Contas a pagar

	31/12/2019	31/12/2018
Construcap CCPS Engenharia e Comércio S.A.	10	10
	10	**10**

(b) Dividendos a pagar

	31/12/2019	31/12/2018
Egesa Engenharia S.A.	-	3.763
	-	**3.763**
Total partes relacionadas	**10**	**3.773**

(c) Remuneração da administração

A remuneração da administração está registrada no grupo de despesas gerais administrativas e totaliza R$ 2.299 em 31 de dezembro de 2019 (2018 – R$ 2.114).

14. Provisão para riscos

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas e cíveis em andamento e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial. Quando aplicáveis, as demandas são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos e internos.

Em 31 de dezembro de 2019, segundo os assessores jurídicos, havia processos de natureza cível com estimativa de perda provável no montante de R$ 245 (2018 – R$ 349), os quais se encontram devidamente provisionados e referem-se a reclamações trabalhistas e indenizatórias.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, não provisionados, no montante aproximado de R$ 53.059 (2018 – R$52.069), referente à ações cíveis, trabalhistas e administrativas.

O aumento dos valores das causas de risco possível deve-se, especialmente, à autuação sobre a correta exclusão da base de cálculo do IRPJ e CSLL da parcela relativa à subvenção para investimentos.

Encontra-se em trâmite no Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) um procedimento investigatório decorrente de representação realizada por terceiro contra a Minas Arena. A referida representação alega suspeitas relativas a legalidade do contrato de concessão administrativa, firmado entre o Estado de Minas Gerais e a Minas Arena, bem como questões relacionadas a eventuais desvios de conduta da gestão da Minas Arena, mencionando supostas irregularidades financeiras, contábeis e fiscais.

A Minas Arena realizou os levantamentos necessários das informações e documentos solicitados pelo (MPMG), o que incluiu, quando apropriado, a contratação de especialistas. Com base nesses levantamentos, a Companhia respondeu, respaldada por seus consultores jurídicos e de forma tempestiva, todos os questionamentos realizados pelo MPMG. O processo investigatório encontra-se em curso.

15. Patrimônio líquido

(a) Capital social

Capital autorizado

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R$ 250.000 mediante deliberação do Conselho de Administração, que decidirá sobre as condições de integralização, características das ações preferenciais e ordinárias a serem emitidas e preço de emissão.

Capital integralizado

O capital integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é de R$ 246.405 representado pelo valor nominal de R$ 30,00 cada, tendo sido integralizadas até 31 de dezembro de 2019 e 2018, o total de 8.214 mil ações. Estas ações foram integralizadas na proporção, conforme tabela a seguir:

	Quantidade de Ações (em milhares)	Valor do capital social
Construcap CCPS Engenharia e Comércio. S.A.	4.830	144.912
Egesa Engenharia S.A.	2.066	61.971
Hap Engenharia Ltda.	1.318	39.522
	8.214	246.405

(b) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital.

(c) Reserva estatutária

O lucro líquido apurado no exercício, após a destinação a reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado a reserva para contingências, à retenção de lucros previstos em orçamento de capital aprovado pela Assembleia Geral de acionistas ou à reserva de lucros a realizar.

(d) Reserva de subvenção

A Reserva de Subvenção é formada pelo valor reconhecido como ressarcimento de construção pago pelo Poder Concedente à Concessionária em função da reforma e ampliação do Complexo do Mineirão. Este ressarcimento é composto por 100% da Parcela Pecuniária PA e 40% da Parcela Pecuniária PB. A Reserva de Subvenção é constituída a partir do Resultado do exercício, depois da retenção da Reserva Legal, estando limitada ao valor total do ressarcimento de construção já recebido, o qual ainda não foi atingido até a data-base de 31 de dezembro de 2019.

(e) Dividendos

Conforme estatuto social, a Companhia deverá distribuir, no mínimo, um dividendo obrigatório de 5% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nª 6404/76.

	31/12/2019	31/12/2018
Lucro líquido do exercício	16.770	10.071
Constituição da reserva legal	(839)	(504)
Transferência para reserva de subvenção	(15.931)	(9.567)
Base de cálculo para os dividendos mínimos	-	-

Adicionalmente a Companhia aprovou a distribuição de R$ 29.000 de dividendos com base no balanço patrimonial do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, sendo o montante distribuído inferior ao total de reserva de lucros constituída até o exercício de 2014. Os pagamentos ocorreram em julho e novembro de 2019. Todo saldo utilizado da reserva de subvenção foi oferecido a tributação conforme Lei nº 12.973, de 2014.

16. Adiantamento de clientes

Refere-se a desconto de desempenho da Concessionária apurado para o 4º trimestre de 2019 a ser aplicado no faturamento de períodos subsequentes nos termos do contrato de PPP.

17. Receita

A reconciliação entre a receita bruta e a receita líquida é como segue:

	31/12/2019	31/12/2018
Receita de operação (a)	29.971	23.772
Atualização do ativo financeiro (b)	49.258	56.067
Impostos e contribuições (c)	(12.521)	(9.184)
	66.708	**70.655**

(a) A receita de operação reflete os valores arrecadados a título de parcelas pecuniárias previstas no contrato de concessão, bem como a venda de ingressos para partidas de futebol, a realização de eventos comerciais, aluguel de áreas e instalações e exploração de outras fontes de receita do Estádio;

(b) Refere-se a atualização do ativo financeiro de concessão com base na aplicação da taxa de retorno estimada sobre o saldo em aberto do ativo financeiro;

(c) Os impostos e contribuições incidentes na receita de operação referem-se ao Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Imposto sobre Serviços (ISS).

18. Custos e despesas por natureza

	31/12/2019	31/12/2018
Pessoal	(13.026)	(12.829)
Serviços públicos	(2.579)	(2.071)
Despesa com manutenção	(7.432)	(9.817)
Serviços de terceiros	(2.499)	(1.762)
Despesas com aluguel de equipamentos	-	(24)
Materiais	(1.324)	(430)
Depreciação e amortização	(2.328)	(2.401)
Propaganda e publicidade	(3.405)	(2.270)
Outros	(5.077)	(3.505)
Total do custo e despesas administrativas	**(37.670)**	**(35.109)**
Custos dos serviços prestados	(21.552)	(20.607)
Despesas gerais e administrativas	(16.118)	(14.502)
	(37.670)	**(35.109)**

Continua...

Este documento foi assinado digitalmente e eletronicamente por EDIMINAS S/A EDITORA GRÁFICA INDUSTRIAL MG, titular do JORNAL HOJE EM DIA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br/VerificadorAssinaturas/Verificador e utilize o código 8231-D635-3E31-6500.

MINAS ARENA - GESTÃO DE INSTALAÇÕES ESPORTIVAS S.A.

CNPJ nº 13.012.956/0001-55

3/3

19. Resultado financeiro

	31/12/2019	31/12/2018
Receita financeira		
Juros sobre aplicação financeira	927	1.530
Juros de mora e descontos obtidos	204	437
Variação monetária ativa	-	5
Juros e Multa Contratual	14.071	
Outras receitas financeiras	74	31
	15.276	**2.003**
Despesa financeira		
Despesas e comissões bancárias	(307)	(189)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(18.762)	(22.060)
Juros de mora	(65)	(5)
Variação monetária passiva	(753)	(1.859)
Outras despesas financeiras	(6.159)	(3.261)
	(26.046)	**(27.374)**
Resultado financeiro	**(10.770)**	**(25.371)**

20. Gestão de risco financeiro

20.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia busca minimizar potenciais efeitos adversos no seu desempenho financeiro.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A tesouraria identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros. O Conselho de Administração estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco de taxa de juros, risco de crédito e investimento de excedentes de caixa.

Risco de mercado

Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros.

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos de longo prazo. As aplicações financeiras e os empréstimos e financiamentos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos e financiamentos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

Durante 2019 e 2018, as aplicações financeiras e os empréstimos e financiamentos da Companhia às taxas variáveis eram mantidos em reais.

Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de depósitos em bancos bem como de exposições de crédito a clientes. A administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência superior ao valor já provisionado.

Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela tesouraria, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias legais.

O excesso de caixa, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é investido em contas bancárias com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

20.2. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 podem ser assim sumariados:

	31/12/2019	31/12/2018
Total dos empréstimos e financiamentos	**214.564**	**252.963**
Menos: caixa e equivalentes de caixa	(17.009)	(23.395)
Dívida líquida	**197.555**	**229.568**
Total do patrimônio líquido	**377.269**	**389.499**
Capital total (patrimônio líquido + dívida líquida)	**574.824**	**619.067**
Índice de alavancagem financeira - %	34,37%	37,08%

20.3. Estimativa de valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos.

21. Seguros (não auditado)

A Companhia mantém cobertura de seguros em montante considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

Em 31 de dezembro, a Companhia apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

		Montante da Cobertura	
Bens segurados	**Riscos cobertos**	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Responsabilidade civil	Responsabilidade civil	30.000	30.000
Patrimônio e estoques	Incêndio/ raio/ explosão/ danos elétricos/ vendaval a fumaça/ lucros cessantes	400.000	400.000

Diretoria Executiva
André Luis Santana Moraes
Samuel Henrique Cornélio Lloyd

Contadora:
Gleice de Cássia Barbosa
CRC/MG 070094/O-3

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e acionistas da
Minas Arena – Gestão de Instalações Esportivas S.A.
Belo Horizonte – MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Minas Arena – Gestão de Instalações Esportivas S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio liquido e do fluxo de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Minas Arena – Gestão de Instalações Esportivas S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 14 às demonstrações contábeis, encontra-se em andamento processo investigatório conduzido pelo Ministério Público de Minas Gerais decorrente de representação realizada por terceiro contra a Companhia. Nas circunstâncias, não há como determinar o desfecho desse processo em curso. As demonstrações contábeis da Companhia não incluem quaisquer efeitos que possam advir desse assunto, e nossa conclusão não está modificada em relação a esse tema.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentados para fins de comparação, foram auditados por nós, com o relatório datado em 13 de março de 2019, contendo uma ênfase sobre o mesmo assunto citado na ênfase deste relatório.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Belo Horizonte, 09 de março de 2020.

Grant Thornton

Daniel Menezes Vieira
CT CRC 1MG-078.081/O-1

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 1SP-025.583/O-1 "S" – MG

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO OESTE-MG

Torna público o PL nº- 0044/2020, TOMADA DE PREÇOS nº- 07/2020. Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO RECAPEAMENTO EM CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE - CBUQ, SINALIZAÇÃO DAS RUAS COM PLACA DE PARADA OBRIGATÓRIA E IDENTIFICAÇÃO DE LOGRADOUROS NAS RUAS DO BAIRRO DIVINO ESPÍRITO SANTO EM SÃO SEBASTIÃO DO OESTE**. Entrega dos envelopes até o dia 22/06/2020 às 08 horas. Dotações Orçamentárias: **02.02.02 6.15.452.2601.1004, 02.02.02 6.15.452.2601.2016 - .4.4.90.51.00**. Informações pelo - 37- 3286-1173. Neuza Helena Meireles - Servidora Municipal. Edital na íntegra no site www.saosebastiaodooeste.mg.gov.br. São Sebastião do Oeste.

PREFEITURA DE UBERLÂNDIA

AVISO DE NOVA DATA DE ABERTURA
PREGÃO ELETRÔNICO
Nº. 257/2020

OBJETO: Prestação de serviços de remoção, confecção e implantação de abrigos de ônibus.O Pregoeiro, no uso de suas atribuições legais, torna público e para conhecimento das licitantes e de quem mais interessar possa, que devido à alteração do edital, e que a mesma influencia na elaboração da proposta a sessão pública na Internet para recebimento das Propostas estará aberta até às 09:00 horas do dia 02/07/2020, no endereço www.comprasgovernamentais.gov.br. Informa ainda, que o detalhamento das alterações encontra-se no sítio da Prefeitura Municipal de Uberlândia no link Licitações e no portal www.comprasgovernamentais.gov.br, que será republicado com as devidas alterações, nos termos do §4º do art. 21 da Lei Federal nº 8.666/1993.Uberlândia, 05 de junho de 2020.ROGER WUDSON RODRIGUES DIAS.PREGOEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA/MG - Aviso de Republicação - Pregão Presencial N° 033/2020. Objeto: Registro de Preço para contratação de empresa de Engenharia especializada para execução de urbanização e obras complementares em ruas e logradouros do Município. Abertura: 23/06/2020 às 08:45min. Informações, Praça JK S/Nº, Centro de 08:00 às 17:00horas. Site: www.pmmariana.com.br, e-mail: licitacaoprefeituradamariana@gmail.com. Tel: (31)35579055. Mariana 05 de Junho de 2020. Gustavo Grijo dos Santos Augusto. Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA/MG - Aviso de Republicação Pregão Presencial N° 034/2020. Objeto: Registro de Preço para contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção em geral em Distritos, Subdistritos e localidades do Município. Abertura: 22/06/2020 às 08:45min. Informações, Praça JK S/Nº, Centro de 08:00 às 17:00horas. Site: www.pmmariana.com.br, e-mail: licitacaoprefeituradamariana@gmail.com. Tel: (31)35579055. Mariana 05 de Junho de 2020. Gustavo Grijo dos Santos Augusto. Pregoeiro

ASSEMBLÉIA GERAL ELEITORAL - EDITAL DE CONVOCAÇÃO. AVISO RESUMIDO - O Presidente do SECHOBARES/MG – Sindicato dos Empregados no Comércio Hoteleiro, Bares, Restaurantes, Turismo e Hospitalidade de Curvelo, Diamantina e Microrregião do Médio Rio das Velhas e Três Marias, no uso de suas atribuições estatutárias, convoca todos os associados, quites com suas obrigações sindicais e sociais, para a AGE, para tratar da seguinte Ordem do Dia: Eleição e Posse da Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, Delegados no Conselho de Representantes da Federação e Confederação, respectivamente Efetivos e Suplentes, a realizar-se no dia 17/06/2020, na sede do Sindicato, localizado na Rua: Newton, nº 279, no centro de Curvelo/MG – CEP: 35.790-051, no horário das 13h00min às 17h00min. Caso não seja atingido o "quorum" estatutário, em primeira convocação, ou caso ocorra empate ou mais chapas com maior número de votos, fica designada a segunda convocação, para o dia 06/07/2020, e caso não seja atingido o "quorum", fica designada a terceira e última convocação, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, com qualquer número de associados votantes. O prazo para registro de chapas será 03 (três) dias, a contar da publicação deste Edital, e deverá ser efetuado através de requerimento acompanhado de todos os documentos exigidos para registro e dirigido ao Presidente do Sindicato, assinado pela cabeça da chapa. A Secretaria do Sindicato funcionará no período destinado ao registro da chapa, no horário de 13h00min às 17h00min, nos dias úteis, conforme determina o Estatuto Social. O prazo para impugnação de candidaturas será de 03 (três) dias, contado(s) da data do registro da(s) chapa(s) registrada(s), e, afixado na sede da Entidade. Wilson A. de Souza - Presidente - 05/06/2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTA DE LEITE/MG

AVISO DE LICITAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTA DE LEITE/MG torna público o Processo Licitatório nº 027/2020, Tomada de Preço n° 002/2020. Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CBUQ, EM DIVERSAS RUAS DO POVOADO DE MARTINÓPOLIS E SEDE DO MUNICÍPIO DE FRUTA DE LEITE/MG**. Abertura da sessão: 24/06/2020 às 09h00min. Edital disponível através do email: licitacao.frutadeleitemg@gmail.com - Presidente da CPL: Tamires Ribeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO CHIQUE/MG

Processo nº 016/2020, PP nº 05/20. Objeto: manutenção preventiva e corretiva de veículos com fornecimento de peças e acessórios. Sessão: 18/06/20 às 08:00 hs. Edital: Prefeitura, e-mail: licitacaopontochique2017@gmail.com ou pelo Site.

Ponto Chique-MG, 04/06/20 - Ronilson Souza - Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO CHIQUE/MG

Cancelamento do P. nº 014/20, PP nº 03/20. Objeto: Prestação de serviços mecânicos especializados. Maiores informações: Prefeitura, e-mail: licitacaopontochique2017@gmail.com.

Ponto Chique-MG, 04/06/2020 Ronilson Souza - Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARATINGA/MG

PL Nº 43/2020. Torna pública a abertura do Processo Licitatório nº 43/2020 - **Tomada de Preço nº 05/2020**. Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de modificação e extensão de RDU - Rede de Distribuição Urbana e Rural em diversas localidades no Município de Igaratinga/MG, com o fornecimento total de mão de obra e materiais, conforme normas da CEMIG D, ABNT e INMETRO. Entrega dos envelopes: Dia 25/06/2020 às 08h45min. Dotação orçamentária: 06.01.15752.2602.1.060.4.4.90.51.00-275. Edital na íntegra no site: www.igaratinga.mg.gov.br. Mais informações pelo telefone: (37) 3246-1134. Igaratinga, 05 de junho de 2020. Tatiane Aparecida Fonseca - PCL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO/MG

Informa que realizará **Processo Licitatório 147/2020 - Pregão Eletrônico N.º 45/2020–Registro de Preços para futura e eventual Registro de preços para futura e eventual aquisição de aparelho de testagem e teste imunoflorescente para detecção antiviral IgG e IgM contra SARS-CoV-2,**atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Rio Abaixo/MG.As propostas serão recebidas até às 09:00 horas do dia 16/06/2020. A operação da sessão pública se dará a partir das 09:00 horas do dia 16/06/2020. O Edital completo poderá ser obtido no sítio eletrônico **https://www.saogoncalo.mg.gov.br/transparencia** e/ou **https://www.comprasgovernamentais.gov.br/.**

S. G. R. Abaixo, 05 de junho de 2020.
Antônio Carlos Noronha Bicalho – Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACATU/MG

Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Transporte. Aviso de Licitação. **Pregão Presencial SRP nº 21/2020. Processo de Compra nº 72/2020** – Tipo: Menor por item. Objeto: **Aquisição de carnes diversas para a Secretaria Municipal de Educação na complementação da merenda escolar servida nas escolas da rede municipal**, Local da realização da sessão pública do Pregão: Prefeitura Municipal de Paracatu, sediada à Rua da Contagem, nº 2045 – Paracatuzinho, no dia **26-06-2020** às 09:00h. Edital na íntegra: à disposição dos interessados na Superintendência de Licitações e Contratos - situada na Rua da Contagem, nº 2045 – Paracatuzinho e no site da Prefeitura **www.paracatu.mg.gov.br**.

Paracatu, 04 de Junho de 2020.
Danilo Alves dos Santos – Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO CHIQUE/MG

Processo nº 017/2020, TP nº 08/20. Objeto: contratação de empresa para realizar a execução de calçamento em bloquetes de trecho da rua gregório ferreira, bairro centro da cidade de Ponto Chique-MG. Sessão: 23/06/20 às 08:00 hs. Edital: Prefeitura, e-mail: licitacaopontochique2017@gmail.com ou pelo Site.

Ponto Chique-MG, 05/06/20. Ronilson Souza - Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO CHIQUE/MG

Cancelamento do P. nº 015/20, PP nº 04/20. Objeto: Aquisição de peças e acessórios. Maiores informações: Prefeitura, e-mail: licitacaopontochique2017@gmail.com.

Ponto Chique-MG, 04/06/2020 - Ronilson Souza - Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SERRANA/MG

Abertura de prazo para razões de recurso. Processo Licitatório nº 064/2020, Concorrência 004/2020. Objeto: Prestação de serviços de recapeamento asfáltico de diversas ruas no Município de Nova Serrana, de acordo com projetos, memorial descritivo, planilhas e cronogramas para atender ao Contrato de Repasse nº 885215/2019, celebrado entre o Município de Nova Serrana e o Ministério de Desenvolvimento Regional. Abertura do prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentação de razões de recurso, contados a partir de 08/06/2020. Foi vencedora a empresa "Santo Pio Serviços Ltda", CNPJ: 03.532.190/0001-86, com proposta no valor de R$2.868.174,38. Mais informações pelo telefone (37) 3226-9011.

Nova Serrana, 05 de junho de 2020.
Elaine Maria Ribeiro Pires – Presidente da CPL.

HOJE EM DIA

ANUNCIE AQUI
(31) 3236-8001

Este documento foi assinado digitalmente e eletronicamente por EDIMINAS S/A EDITORA GRÁFICA INDUSTRIAL MG, titular do JORNAL HOJE EM DIA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br/VerificadorAssinaturas/Verificador e utilize o código EF21-A21D-DC4D-316A.